



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA</b>			
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>REUNIÃO Nº:</b> 0306/14	<b>DATA:</b> 08/04/2014	
<b>LOCAL:</b> Plenário 13 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 14h46min	<b>TÉRMINO:</b> 17h11min	<b>PÁGINAS:</b> 52

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

NILO PASQUALI - Representante da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL.  
PEDRO LUIZ DA SILVEIRA OSÓRIO - Presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais — ABEPEC.  
EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA - Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal — SINDITELEBRASIL.  
VERIDIANA ALIMONTI - Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor — IDEC.  
LUIS ROBERTO ANTONIK - Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT.

**SUMÁRIO**

Debate acerca de questões relacionadas à elaboração do edital de licitação sobre a destinação da faixa de 700 mega-hertz para os serviços de banda larga móvel de quarta geração.

**OBSERVAÇÕES**

Houve exibição de imagens.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, fruto do Requerimento nº 304, de 2014, desta Presidência, para debater questões relacionadas à elaboração do edital de licitação sobre a destinação da faixa de 700 mega-hertz para os serviços de banda larga móvel de quarta geração.

Antes de chamar aqui os atores que irão participar desta audiência pública, eu gostaria de comunicar ao Plenário, às Sras. e aos Srs. Deputados, bem como às assessorias e àqueles que nos prestigiam nesta audiência pública, que o Ministério das Comunicações encaminhou um ofício dizendo da impossibilidade de participar deste evento, pelo fato de que os três membros que, segundo o Ministério entende, são pessoas que estão vinculadas ao setor ou a esta causa, estão em missão no evento NAB Show, que está sendo realizado em Las Vegas, Estados Unidos.

Tenho comigo a impressão de que, se a Presidenta Dilma chamasse alguém do Ministério hoje para poder esclarecer esse tema, com certeza, encontraria alguém. Portanto, nós não temos a deferência aqui do Ministério das Comunicações, nenhum técnico, seja ele de que nível for, para que os Deputados possam ouvir qual a posição do Ministério das Comunicações a esse respeito.

Mais grave ainda é o Ministério da Fazenda, que sequer respondeu ao ofício da Presidência desta Comissão — que, obviamente, o fez em nome de todos os membros da Comissão. Não respondeu se viria ou não, ou se encaminharia algum dos membros do Ministério da Fazenda. A mim parece que os recursos advindos, se é que ocorrerão, serão todos carreados para a Fazenda, e, obviamente, nós não temos aqui nenhum representante, porque não responderam ao ofício, e a Secretaria da Comissão fez uma interlocução com o Ministério, e sequer recebeu qualquer tipo de resposta.

É minha função passar aos membros desta Comissão, obviamente, um tema tão importante para nós brasileiros e para o setor de comunicações, e não termos aqui a representação desses dois grandes Ministérios, que fazem parte, interagem no que diz respeito à busca de solução para um tema tão importante, e grave até, sob alguns aspectos, que é o dos 700 mega-hertz, chamado 4G.

Portanto, não sei se encerraremos no dia de hoje esse debate. A Comissão não abrirá mão das informações que lhe são pertinentes, e conto com os demais



membros desta Comissão para que possamos ouvir os membros dos dois Ministérios que não puderam participar ou não responderam ao convite feito por esta Comissão.

Assim sendo, e de forma inversa, gostaria de agradecer àqueles que aquiesceram e que, obviamente, aqui estão para participar, dando parcela de contribuição extremamente importante à nossa Comissão, no sentido de que ela possa, dentro do espírito de operar, controlar e fiscalizar políticas públicas voltadas para o setor, aproveitar o alto grau de conhecimento, de ciência acumulada daqueles que estarão participando conosco aqui, ofertando-nos a sua contribuição.

Assim sendo, eu passo à composição da Mesa, convidando o Sr. Nilo Pasquali, que é o representante da ANATEL; o Sr. Eduardo Levy, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal; o Sr. Luis Roberto Antonik, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT; a Sra. Veridiana Alimonti, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor — IDEC; o Sr. Pedro Osório, Presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais — ABEPEC.

Conforme entendimento desta Comissão e pela relevância e importância da matéria, vou passar a palavra aos expositores desta audiência pública, para que possam fazer suas exposições. Aqueles que necessitarem projetar transparências, por favor, nos avisem, para que possamos apagar a luz aqui de trás, e, para aqueles que quiserem microfone móvel, também estará à disposição dos senhores.

Assim sendo, vou passar a palavra inicialmente ao Sr. Nilo Pasquali, representante da ANATEL, que terá 20 minutos para sua explanação. Caso haja necessidade, dentro do possível, faremos depois uma segunda rodada. Aqueles que tiverem necessidade de se retirar, e já me solicitaram, porque têm entrevistas agendadas, fiquem à vontade. Em seguida, chamaremos os próximos oradores.

Com a palavra o Sr. Nilo Pasquali. Se quiser utilizar lá, fique à vontade.

**O SR. NILO PASQUALI** - Boa tarde a todos. Antes de tudo, gostaria de agradecer à Comissão por este convite em nome do Conselho Diretor da ANATEL, em nome do seu Presidente. Podemos apresentar o que a ANATEL já está fazendo com relação a esse assunto. Esse não é um assunto encerrado. Na verdade, estamos em pleno processo de discussão sobre ele. Então, eu já deixo a ANATEL à



disposição para voltar a esta Comissão quando já tivermos evoluído mais nesse processo, até para comentar os avanços e evoluções nessa discussão.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Primeiro ponto importante. Eu tracei uma pequena agenda aqui para tentar organizar o que a gente vai tratar. Essencialmente são as diretrizes da política pública dessa temática, o que a gente tem publicado e já definido.

A Resolução nº 625 da Agência foi o primeiro passo por parte da ANATEL com relação às políticas públicas traçadas. Há o trabalho de replanejamento de canais e testes de interferência — parte esta concluída e parte se está trabalhando em cima — e os principais aspectos da proposta do edital de licitação em si, que, no fim das contas, até chegarmos a ele, ainda temos um bom caminho para percorrer.

Sobre a questão das diretrizes da política pública, nós estamos nos norteando pela Portaria nº 14, do Ministério das Comunicações, de 6 de fevereiro de 2013, que trouxe algumas diretrizes para a faixa de 700 MHz, até então destinada apenas aos serviços de radiodifusão de sons e imagens na televisão.

Essencialmente, o que essa portaria traz? Ela busca estabelecer diretrizes para a aceleração do acesso ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre, o SBTVD, e para ampliação da disponibilidade de espectro para atingimento das metas e objetivos do Plano Nacional de Banda Larga brasileiro. Então, ele traz dois requisitos para essa diretriz geral. Ele determina à Agência que inicie os procedimentos para verificação da viabilidade da atribuição, destinação e distribuição dessa faixa, que é a de 698 mega-hertz a 806 mega-hertz, para atendimento dos objetivos do Plano Nacional de Banda Larga. Dentro desse artigo, especificamente, ele traz alguns requisitos para essa avaliação. Então a ANATEL, nesse processo, tem que observar a necessidade de disponibilização de outras faixas de radiofrequência adequadas ao serviço de radiodifusão. Quer dizer, uma diretiva principal em todo esse processo é que o que está funcionando tem que continuar funcionando. Então, a Agência tem que procurar meios de garantir que isso continue funcionando nos mesmos padrões de hoje, ou melhores, na mesma qualidade, com a mesma cobertura que o sistema de radiodifusão hoje possui.

O segundo ponto é garantir a proteção do serviço de radiodifusão contra eventuais interferências. Aqui entra muito a questão de convivência entre os dois



sistemas. Um está operando numa faixa, e, na faixa imediatamente superior, vamos ter outro sistema operando, que é o sistema móvel celular. Então há necessidade de alguns cuidados para que essa convivência possa acontecer plenamente, mas é possível.

Outro ponto é garantir a manutenção da cobertura atual dos serviços de radiodifusão de sons e imagens de televisão e suas retransmissoras, conforme os planos básicos de distribuição, e considerar a harmonização regional e internacional, ou seja, buscar arranjos de radiofrequência que estejam alinhados com o que o Brasil vem acompanhando nas conferências mundiais e as harmonizações com os demais países, tanto na nossa região, nas Américas, quanto em nível mundial, com os demais países e demais continentes.

Para atendimento de tudo isso, a ANATEL pode realizar eventuais alterações nos planos básicos. Então, isso é necessário. Para poder fazer todo o processo de replanejamento de canais, foi necessária uma revisão dos planos básicos. Vou entrar em alguns pontos dessa questão mais para frente, mas, só para ficar claro, como temos canais de radiodifusão hoje dentro dessa faixa de 700 mega-hertz, é necessário que se busque um lugar alternativo para que eles estejam — então, novos canais, em faixas inferiores — e o processo de transição para que isso aconteça, para que não haja descontinuidade desse serviço de radiodifusão. Ninguém deseja que seja desligado nenhum canal durante esse processo. Na realidade, todos os cuidados estão sendo tomados para que a gente garanta a continuidade da prestação da radiodifusão também.

O art. 3º dessa mesma Portaria traz os nossos princípios para o edital em si. Uma vez constatado que é possível fazer essa alocação da faixa dos 700 mega-hertz para o serviço móvel terrestre e que isso pode ser licitado, que princípios o edital de licitação dessa faixa deve trazer? Ele traz ali seis princípios principais:

Promoção da digitalização dos serviços de radiodifusão de sons e imagens. A gente tem que garantir que o edital permita que a radiodifusão continue funcionando perfeitamente.

Aceleração da cobertura de grandes regiões, com banda larga móvel de quarta geração. Então, buscar ampliar os serviços 4G no Brasil, atribuindo mais uma



faixa, para que isso pelo menos permita um deslanche mais rápido e mais fácil dessa tecnologia.

Incentivo à ampliação da infraestrutura de transporte de telecomunicações, em especial nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tradicionalmente com menos infraestrutura que as demais regiões do País. Então, é uma preocupação grande dentro da política pública que tenhamos infraestrutura de transporte desses sistemas, e não só a parte de acesso, não só as ERBs, mas que, dentro das cidades, consigamos escoar o tráfego que uma tecnologia 4G produz. Nós já estamos falando de muitos gigabits por segundo. Então, a capacidade de escoamento de dados nessa rede é essencial.

Crescimento da demanda de serviços de banda larga móvel por setores de segurança e de infraestrutura. Então, teríamos que ter uma preocupação para os setores de segurança também, contemplá-los de alguma forma dentro desse processo.

Fortalecimento do setor produtivo brasileiro. Isso é algo que já foi feito, no edital anterior da ANATEL, para a faixa de 2,5 giga-hertz.

E preservação dos estímulos ao desenvolvimento tecnológico, industrial e comercial relacionadas ao uso das faixas de 450 mega-hertz. Essas faixas são as que foram licitadas no edital anterior da Agência, da faixa de 2,5 giga-hertz. Aquele edital foi o edital da banda larga rural e urbana. Então, essa é a faixa que traz obrigações e necessidades de cobertura para as áreas rurais brasileiras.

A Resolução 625 é o primeiro passo nesse trabalho, seguindo essas políticas públicas. Ela é de 11 de novembro do ano passado. Tudo o que eu disser aqui ou passou por um processo de consulta pública, ou vai passar por um processo de consulta pública. Então, essa Resolução passou por esse processo de consulta pública ao longo de 2013; ela foi a resolução que definiu como o arranjo da faixa vai ser feito. Então ela estabeleceu essa faixa de 700 mega-hertz nesse modelo. São 9 “bloquetinhos” de 5 mega-hertz cada um. Eles são pareados, um de subida e um de descida, para o serviço móvel, que é o SMP ali embaixo.

Vou tentar esclarecer as siglas. Na Agência, a gente costuma muito usar siglas, e nem todo o mundo está familiarizado com isso. O SCM é o serviço de banda larga fixa e o STFC é o serviço de telefonia fixa tradicional. O SLP é o Serviço



Limitado Privado, é onde os órgãos de segurança pública podem fazer uso dessa faixa. Então, ele é um bloco reservado para esse tipo de aplicação, já buscando atender uma das diretrizes que temos na política pública.

Essa resolução estabeleceu dois condicionantes para que o edital de licitação dessa faixa possa acontecer, possa de fato ser publicado. O primeiro deles é a publicação de um regulamento sobre interferências, que essencialmente são as formas de convivência do sistema de televisão digital com os sistemas LTE operando na faixa de cima.

Então, a gente tem que ter isso desenhado muito claro, como é possível fazer isso, antes de termos um edital publicado, e tem que haver a conclusão do processo de replanejamento de canais. Ou seja, a gente tem também que saber, *a priori*, exatamente onde cada radiodifusor vai ter o seu canal, radiodifusores que hoje operam ou estão em processo de operação, qual o canal que está sendo alocado para eles nesse futuro, nesse momento em que não vai ser mais utilizada a faixa acima de 700. A partir dali, antes do 703 começa a radiodifusão. Então, é o canal 51, é o último canal para radiodifusão de TV agora.

O replanejamento de canais e os testes. Eu vou tentar falar mais ou menos rápido, devido ao tempo, mas obviamente vamos estar abertos para questionamentos.

O replanejamento de canais de TV foi finalizado pela ANATEL no seu cerne e já está todo concluído. Os atos desse replanejamento já foram todos publicados. Temos alguns detalhes apenas sendo conduzidos ainda pela área, só para alguns canais específicos, mas isso também está sendo concluído. Então, o primeiro passo de todo esse processo é saber qual é o canal, e o segundo passo é saber como você vai para aquele canal, em que tempo, como isso acontece, quem paga por esse processo. Isso tudo vai estar definido até a publicação do edital.

A outra condição, que é o regulamento de interferências, está sendo construído. Já existe uma primeira versão dele, que é uma ideia do que tem que conter este regulamento. Ele está hoje no nosso Conselho Diretor para deliberação, para ir à consulta pública ainda. Então, ele ainda vai ser aberto para um amplo debate, apesar de estar sendo construído já a várias mãos no decorrer desse processo.



Fizemos testes em campo e testes em laboratórios até sexta-feira passada. Esses testes estavam sendo conduzidos desde o final do ano passado. Nós temos nesse processo representantes da radiodifusão, representantes do setor de telecomunicações e dos demais setores, todos interessados nesse processo. Tentamos abrir o máximo possível o leque, até para termos as ideias necessárias para conduzir os testes da forma mais completa possível. Os testes realizados de laboratório foram feitos no Instituto Nacional de Telecomunicações — INATEL, em Santa Rita do Sapucaí, e foram feitos testes em campo mesmo, numa operação real — simulada, mas real —, em Pirenópolis, aqui no Estado de Goiás. Esses testes consideraram cenários críticos de possível interferência. Então, essencialmente o que se busca nesses testes é achar o momento em que há interferência.

Quando dizemos que há interferência, sim, há, porque é exatamente isso o que estamos buscando, porque é isso o que nos diz qual é o limite anterior que você tem que obedecer para evitar que ela aconteça de fato. Então, todos os testes buscam esse momento extremo, de estresse. E é um dos procedimentos mais completos já feitos com relação a esse tipo de testes no mundo. A gente tentou ampliar o máximo possível os cenários de possíveis interferências, seja do móvel interferindo na TV digital, seja da TV digital interferindo no móvel, seja na Estação Rádio Base, seja no próprio aparelho celular. Então, tentou-se desenhar todos os cenários possíveis e estressá-los ao máximo, para termos certeza de que parâmetros podemos usar para garantir essa convivência.

Sobre a finalização dos relatórios desses testes, eles acabaram agora, na sexta-feira. Temos então um tempo para elaborar o relatório, com a previsão de ele estar pronto até o final de abril. Mas, preliminarmente, de todas as discussões que já tivemos com o pessoal que participou dos testes e que vinha acompanhando isso internamente na Agência, a convivência é possível entre os dois sistemas. Isso está constatado. Alguns casos precisam de medidas de mitigação, mas, de forma geral, é possível existir a convivência dos dois sistemas.

Dito isso, como funciona o processo, já que temos o replanejamento definido, sabemos os canais em que todos os radiodifusores vão ser alocados para essa transição, vamos saber que tipo de medidas são necessárias; uma vez tendo o relatório, num cenário mais à frente, já tendo isso em mente, como o edital vai trazer





as demais obrigações e necessidades para que esse processo se feche, se conclua?

Já foi elaborada uma minuta do edital em si, uma primeira versão também. Isso já está em discussão. Ele também vai para consulta pública pela Agência. Ele já está no Conselho Diretor exatamente para essa discussão e também vai para a consulta pública.

E o objeto dele, o que ele é essencialmente? São quatro lotes de 10 megahertz mais 10 mega-hertz. Devo lembrar que nós temos lá nove bloquinhos alocados — nove mais nove —, mas um deles é para segurança pública. Então, esse não pode entrar no nosso processo de licitação agora, há uma alocação específica para ele. Então, temos oito bloquinhos. Somando de dois em dois, temos quatro blocos de dez mais dez, numa visão nacional, e um deles possivelmente mais quebradinho, de forma menor, para permitir que empresas menores também entrem nesse processo. E em duas rodadas. Caso a gente não tenha um atendimento de todos os lotes da primeira rodada, temos uma segunda rodada com lotes menores, para permitir que todo o espectro seja alocado, buscando maximizar a utilização do espectro e não ter nada sobrando.

A vinculação ao serviço móvel pessoal. Nessa faixa se busca obviamente 4G com mobilidade. Então, não seria diferente ter essa vinculação para o serviço móvel. E temos uma premissa de otimização do uso da faixa para cidades abaixo de 100 mil habitantes. Então podemos ter nessas cidades uma infraestrutura única operando toda a faixa dos 700, cedida às demais proponentes do certame também. Já tentamos colocar no edital também o conceito de compartilhamento.

Temos uma possibilidade de atendimento das obrigações do edital do 4G anterior, podendo usar essa faixa também ou outras faixas, com algumas necessidades em função dessa utilização, como a oferta de dados e voz com mobilidade nas áreas rurais — são aquelas obrigações do edital anterior —, e necessidades de ampliação das capacidades de transporte, sempre em linha com as políticas públicas da Portaria nº 14, que eu mencionei inicialmente.

E onde entra o replanejamento nesse processo do edital? O edital vai trazer anexos específicos sobre esse processo também. Então, os custos desse remanejamento são arcados pelas proponentes vencedoras do certame. Isso não é



novidade. Isso acontece na ANATEL. Toda vez que há um processo de limpeza da faixa para um novo serviço ou algo parecido, os entrantes geralmente ressarcem os que estão tendo que sair ou tendo que ser realocados para outro lugar.

A ideia que temos nesse processo é que tudo isso seja conduzido por uma entidade específica, ou seja, uma entidade centralizadora desse processo. Como temos muitas nuances, o Brasil é muito grande e há muitos *players* envolvidos, a gente precisa ter uma gestão disso bem centralizada e bem coordenada, para que tudo ande bem. A ideia da Agência é que tenhamos uma entidade que faça isso.

Quem tem o direito de ressarcimento disso? O edital vai trazer a lista de todos os radiodifusores com o direito a ressarcimento. Vai ser um anexo específico. Por isso mesmo, quando houver consulta pública, esse anexo também vai estar em consulta pública, exatamente para que, se cometermos algum engano ou esquecermos alguém, que possa ser apontado isso. Sobre o ressarcimento, a lógica é que ele seja exclusivamente feito por aquisição e instalação ou adaptação, dependendo do caso, dos equipamentos e infraestruturas necessários para prestação da radiodifusão sonora e de imagem. Ou seja, a gente não vai ter recursos sendo passados entre entidades. A lógica é que essa entidade centralizadora faça, de fato, toda a contratação e instalação do sistema. Então, que ela entregue para o radiodifusor um novo sistema de transmissão, operando na faixa que foi alocada para ele, em função do processo de replanejamento.

Quanto à governança dessa entidade, ela é uma entidade privada, mas se entendeu por bem a necessidade de ter um mecanismo de governança em cima dela: como ela decide as coisas, como ela conduz os seus trabalhos? Ela é essencialmente uma entidade operacional, ela executa. Quem decide como vai funcionar, o que é para fazer e o tempo em que as coisas têm que acontecer é um grupo acima dela, é um grupo de governança dela. E quem é esse grupo? Esse grupo também está previsto no edital. Ele é um grupo coordenado pela ANATEL, mas vai ter participação do Ministério das Comunicações, por estar afeto às questões de radiodifusão, competência daquele Ministério; das proponentes vencedoras do edital, que são as que estão botando dinheiro na entidade, estão interessadas nesse processo de limpeza; e, por óbvio, dos radiodifusores, que são impactados por esse processo. Aqui nós podemos entender tanto suas associações,



se for o caso, quanto os radiodifusores individualmente. Não há nenhum cerceamento nesse sentido. Está aberto para quem tiver interesse em participar da discussão.

Mitigação de eventuais interferências — a entidade também tem essa responsabilidade. Quando se faz esse processo de transição, ela também vai ter que prever a implementação de ações de mitigação, em linha com o regulamento de interferências, que já vai estar publicado a esta época — antes de um edital ser publicado de fato, já teremos esse regulamento publicado.

E a entidade vai fazer tanto o processo da transmissão — vai fazer toda a migração das radiodifusoras para a faixa anterior aos 700 mega-hertz, vai fazer toda essa limpeza — quanto a parte da recepção da TV. Num primeiro momento, não adianta só fazer a transmissão, sendo que a recepção não está preparada para isso também. Então, é um processo casado. Ao mesmo tempo em que você cuida da transmissão, você tem de cuidar da recepção. Ela também é encarregada desse mesmo processo. São frentes paralelas, mas necessariamente têm que acontecer ao mesmo tempo, para que possa, no final, ser desligada e limpada a faixa dos 700, de fato.

Esse regulamento está em elaboração, ele vai ser melhorado com base no relatório de interferências que vamos ter até o final de abril. E durante o seu processo de consulta pública haverá bastante debate sobre isso também. Ele está no Conselho Diretor, hoje, como uma primeira versão, como uma primeira lógica de como tem que ser estruturado. É lógico que vai passar por todo este debate ainda.

Acho que era mais ou menos isso, em linhas gerais, que eu tinha para falar.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço a participação do Sr. Nilo Pasquali, da ANATEL.

E já passarei a palavra ao próximo convidado, o Sr. Pedro Osório, Presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais — ABEPEC.

V.Sa. tem 20 minutos para a sua participação, por gentileza.

**O SR. PEDRO LUIZ DA SILVEIRA OSÓRIO** - Obrigado, Deputado Ricardo Trípoli, pelo convite para vir a esta Casa e pela iniciativa.



Quero fazer algumas considerações, que não são técnicas, mas são políticas. Creio que todos os presentes sabem que a ABEPEC reivindicou junto ao Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional a sua intervenção, com o propósito de obter o adiamento do lançamento do edital em questão. Portanto, esse é o nosso ponto de partida. Nós achamos que o lançamento desse edital deve ser adiado, por um prazo que não sabemos qual é, e, segundo consta, não estamos sozinhos nesta posição, embora tenhamos tido, junto ao Conselho, a iniciativa de retomar esta preocupação, que é de muitas entidades.

Este assunto já vem sendo discutido exaustivamente, e eu já tive oportunidade, nesta Casa, no Conselho e em outros lugares, de ouvir e assistir a apresentações assemelhadas, dos técnicos e responsáveis, todos eles de grande competência, de grande responsabilidade, mas acho que nós vivemos um impasse político, um impasse de visão sobre o que deve ser feito. E não há local mais adequado do que este para resolver impasses semelhantes. Esta Casa vem fazendo o possível — esta Comissão, mais do que todos, parece-me.

Acho que esta forma com que abordamos o edital que se aproxima e os encaminhamentos que foram feitos carece de três elementos: de transparência, de isonomia no que diz respeito às televisões públicas e de planejamento — não de planejamento técnico, mas de um planejamento que permita aos vários atores sociais se manifestarem nesses encaminhamentos. Quando eu digo “vários atores”, não estou me referindo apenas aos setores atingidos diretamente, como os radiodifusores ou a televisão pública. Acho que a sociedade deveria ter um espaço de discussão, de apreensão e de participação, para além das estruturas administrativas, legais e técnicas do Ministério das Comunicações ou da ANATEL.

Sobre a discussão da ocupação da faixa eu me manifestei à ANATEL, em ofício — a ABEPEC se manifestou em ofício, que não foi respondido —, e ao Ministério das Comunicações, que tem dado toda a atenção possível à ABEPEC, acho. A forma de participação oferecida à sociedade na discussão da faixa, que agora está sendo vendida através de um edital que se anuncia, foi limitadíssima. Ela restringiu a participação das emissoras menores e das entidades menores para o caso — que me interessa especificamente — da radiodifusão pública.



Há reclamações, há questionamentos das TVE, não apenas das afiliadas à ABEPEC, mas também das centenas de TVs educativas que existem neste País, quanto à condução desse processo e à ausência de respostas para questionamentos que foram feitos posteriormente aos GTs que, nas várias regiões, discutiram a distribuição do canal e encaminharam determinadas proposições. Muitas delas não foram acatadas pela ANATEL, e as respostas são consideradas insuficientes.

Pois, então, para além dessas entidades, para além das emissoras, a ABEPEC acredita que faltou a criação de um fórum nacional para discutir isso. Já foi feito isso para se discutir banda larga. Não é uma prática incomum nos últimos governos, nos últimos anos, depois que se restaurou a democracia neste País, discutir de forma ampla, de modo que a sociedade toda possa se manifestar. É cansativo? Exige custos e investimentos? Bom, sabemos que sim, mas me parece que não há outra forma, e é uma forma comum de crescimento também.

Nas abordagens que têm sido feitas, desde essa discussão, predomina a abordagem técnica, puramente técnica; ou, então, aspectos sobre o futuro edital e as suas características mais ou menos atraentes ao mercado; ou, então, questões estritamente de mercado; ou, então, questões estritamente de ajustes, de interferências, de posicionamento de torres, que são absolutamente pertinentes, sabemos disso, mas que não podem preceder o conhecimento e a manifestação da sociedade e dos atores que estão envolvidos e que terão sua vida também envolvida por essas decisões.

Acho que, no desenho dessa transição não está claro para a sociedade, não está claro para a ABEPEC — e é comum a gente dizer de determinado lugar de fala; eu estou falando do ponto de vista das televisões públicas, mas sei que isso se espalha para outras percepções da sociedade — qual é exatamente o benefício para a Nação desta mudança. É óbvio que ela é imperativa, é óbvio que nós devemos fazê-la, é óbvio que isso está acontecendo em todo o mundo, mas como se posiciona o Brasil? Quais são os reflexos para a sociedade brasileira, para o telespectador brasileiro, para o cidadão brasileiro? Quais são os benefícios, exatamente?



Achamos que essas questões devem ser discutidas. E o desdobramento tecnológico? O Ultra HDTV, por exemplo. Não pensamos nisso? Por certo, há dezenas, centenas de técnicos pensando, mas como é que nós vamos migrar? Quais serão os desdobramentos tecnológicos? Isso implica custos? E o que isso implica para a sociedade brasileira? Quem está fazendo essa discussão? Como é que nós chegamos, agora, à venda de um espectro público, sem que isso tenha sido discutido?

A ABEPEC, por isso, defende a posição de que o lançamento desse edital precisa ser adiado.

Além disso, esta discussão está sendo acompanhada, digamos assim, por outras alterações que preocupam. Por exemplo, no final do ano passado, o Ministério das Comunicações abriu uma consulta pública, sugerindo a eliminação de uma norma que garante canais digitais, no Plano Brasileiro de TV Digital, nas várias regiões brasileiras ou nos Municípios concernentes, digamos assim, para as televisões públicas. Essa norma está em via de ser extinta. Essa consulta foi feita. A ABEPEC se manifestou contra. Foi a única entidade que, por contingências, participou e se manifestou contra, mas, evidentemente, é uma preocupação nacional também. Não há nenhuma resposta nesse sentido.

Qual é o propósito da eliminação desses canais? Qual é o resultado dessa consulta? Eu não possa pensar num edital vendendo espectros sem ter essas respostas antes.

Então, são muitos os pedidos de adiamentos. Há entidades querendo ir até a Presidência da República. Sinceramente, não me parece que seja coisa para tanto, mas, diante dessas preocupações, com enfoques variados — da ABEPEC até aos radiodifusores, passando por outras entidades; e elas estão presentes; aqui é uma prova disso —, a ABEPEC mantém a posição e a reivindicação de que o edital seja adiado.

E a ABEPEC indaga: de fato, esta é a melhor condução para a TV pública brasileira ou para a TV brasileira? Como a TV aberta será tratada a partir dessas mudanças?

A ABEPEC reclama também mais isonomia para as TVs. Achamos nós que as TVs públicas têm que ser tratadas de modo diferenciado. Por quê? Porque, ainda



que estejamos, neste País, construindo um conceito de TV pública ou tentando colocá-lo em prática — e esse conceito já existe —, e que a sociedade deva ter nele uma participação definitiva e acentuada, evidentemente, uma televisão pública deve ter a proteção do Estado, naquela sua dimensão pública. O Estado deve se preocupar com as televisões públicas e, no momento em que destina espectro, deve perguntar: *“Onde fica a televisão pública?”* E deveria dizer: *“Veja, mercado, vejam, radiodifusores, isto aqui é público, isto é TV pública. Muito bem. Nós vamos discutir este espectro, mas isto aqui está garantido para a televisão pública.”* Isso não foi feito em nenhum momento, em nenhum momento.

Como vamos pensar em fortalecer a televisão pública no Brasil — e não é preciso aqui mencionar os prejuízos que a *TV Brasil* teve com as mudanças no espectro —, se estamos pensando em vender, em leiloar, em construir um edital cujas contrapartidas não estão sendo anunciadas, sem pensar nessa postura anterior, no que diz respeito à TV pública, na defesa daquilo que é público, pelo Estado inclusive? Porque o Estado surge, sabemos, para proteger aquilo que é público da coisa privada, para que a coisa privada não se aproprie daquilo que é público. O Estado brasileiro não está fazendo essa função. E o Estado se realiza por governo, se realiza por partidos, evidentemente. Mas este Governo, no que diz respeito à TV pública, conduziu um processo que está nos levando ao edital, sem essas preocupações. Não faltaram alertas.

Então, nós estamos, com esse propósito, reivindicando o adiamento desse edital.

Na mudança do espectro, nas discussões que foram feitas nos GTs — e a ABEPEC, malgrado suas limitações, acompanhou boa parte delas —, não ficou claro com que critério determinadas entidades ocuparam posições no espectro novo. Quem decidiu isso? Pergunto: em determinada região do País, quem exatamente decidiu que determinada igreja poderia ter acesso a determinado canal, naquela comunidade? Quem decidiu isso? Quando? Onde foi decidido isso? Se nós...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PEDRO LUIZ DA SILVEIRA OSÓRIO** - Nenhum preconceito. Podemos citar outro tipo de entidade. De qualquer modo, igreja ou não, deve estar submetida ao interesse público, parece-me, e às necessidades do Estado. Laico.



Bem, volto ao meu raciocínio: quem decidiu isso? Com que critério? Onde foi decidido? Por que nesta ou naquela posição do espectro não estava uma televisão pública?

Bem, do ponto de vista da radiodifusão pública — e por certo os outros setores haverão de se manifestar —, esse edital precisa ser adiado. E, antes da definição das suas características, algumas das quais já estamos aqui abordando, antes das definições das contrapartidas que os vencedores desse edital deverão oferecer à sociedade brasileira e das garantias, nós achamos que há questões preliminares. Muitos aqui presentes estão, por certo, pensando: *“Bem, já ouvimos muito dessas coisas que estão dizendo”*. E eu digo algo parecido: *“Já ouvi muito das explicações técnicas”*.

Acho, portanto — e me encaminho para o encerramento desta fala —, que nós estamos num impasse político. De um lado, uma visão técnica; de outro lado, aspirações sociais e políticas que não são contempladas por essa visão. Esta Comissão, portanto, tem um papel muito importante na condução desse “impasse” — entre aspas —, parece-me.

A ABEPEC acha que esse edital não pode ser feito enquanto essas questões preliminares não forem atendidas. Quais questões? As efetivas consequências dos desdobramentos técnicos e tecnológicos; os prejuízos ou benefícios que esta opção traz à Nação brasileira, de modo claro; a revisão dos canais, das posições ocupadas pelas TVs públicas no espectro; a garantia de que o Plano Brasileiro de TV Digital assegura, para os canais públicos, canais digitais, tal como a norma vigente prevê; e a contrapartida social, pelos vencedores, adiante desse edital, que obviamente sairá. Que isso seja definido. Não se trata, simplesmente, da aquisição de uma banda. Trata-se do exercício de uma atividade social revestida de características técnicas e tecnológicas.

Por fim, a ABEPEC defende que seja constituído um fórum nacional para a discussão desses assuntos, com a participação de entidades sociais, de entidades empresariais, de entidades técnicas. A ABEPEC tem essas abordagens que são muito específicas, mas está solidária com as entidades que reivindicam o adiamento do edital.

Era isso.





Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Gostaria de agradecer ao Sr. Pedro Osório, Presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais — ABEPEC, pela sua participação.

Dando sequência à nossa audiência pública, passo a palavra ao Sr. Eduardo Levy, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal.

Tem V.Sa. a palavra por 20 minutos.

**O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA** - Boa tarde a todos.

Muito obrigado pela oportunidade do assunto, tão importante e tão caro para o nosso setor e para o País.

Vou falar muito rapidamente, como eu faço sempre nas apresentações.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

No caso do assunto, da quarta geração, é muito importante a questão da aceleração do crescimento do setor de telecomunicações. Em 2013, o crescimento de celulares foi de 4%; de TV por assinatura, 11%; de banda larga fixa, 10%; e, principalmente, da banda larga móvel, 69%, praticamente 70% de crescimento, no ano de 2013. Nós continuamos habilitando mais de uma banda larga móvel por segundo no Brasil.

E, para fazer frente a todo esse crescimento, pelo segundo ano consecutivo — e é a primeira vez que publicamente nós estamos mostrando este número —, mais uma vez batemos o recorde de investimentos: são 72 milhões de reais por dia. É um número bastante expressivo.

De fevereiro de 2009 até aqui, o crescimento da banda larga móvel foi extraordinário. Nós temos, hoje, 141 milhões de acessos em banda larga móvel, o que já representa 84% de todo o universo. Temos 273 milhões de acessos celulares, sendo que a expectativa é de que isso cresça muito mais, na medida em que nós obtivermos os novos serviços máquina-a-máquina, que vão causar uma explosão, ou seja, o que se chama de “Internet das Coisas”.

Nós já temos no Brasil 3.501 Municípios com cobertura de banda larga. O edital da ANATEL para abril de 2013 dizia que nós tínhamos que cobrir 928 Municípios. Portanto, nós já estamos bem acima disso.



Agora, o que é a faixa de 700 mega-hertz? E por que ela é importante para o País e para o setor de telecomunicações? Quando se tem um serviço analógico — no caso da televisão —, é necessário guardar uma parte das frequências que é utilizada para proteger a interferência entre canais adjacentes. Na medida em que a televisão é digitalizada ou qualquer serviço é digitalizado, pode ser dada uma destinação mais nobre do que apenas a guarda de uma parcela do espectro para a proteção entre canais. Então, quando há digitalização da televisão, podem ser utilizadas bandas de frequências liberadas dessa digitalização.

E por que a atribuição da faixa de 700 mega-hertz é fundamental para o serviço móvel? Porque, como já mostramos, a banda larga móvel cada vez mais cresce, mas alguns aspectos são muito caros.

Para mim em particular, que venho sempre a esta Casa, a audiências nesta Comissão, principalmente, para falar sobre o porquê de o Brasil não ter uma cobertura mais efetiva do que a que tem hoje, esta é uma grande oportunidade.

A banda larga móvel vai crescer muito no Brasil. Não temos alternativa. É o gosto da população, é o que todos querem etc. Nós vamos ter um crescimento não só do número de aparelhos, como também vamos ter um crescimento do acesso em banda larga. E a destinação dessa faixa vai promover essa expansão, porque o espectro, no caso da banda larga, é o ar, que o serviço respira para dar condições de uso com qualidade.

O tráfego de dados no Brasil, em 2012, só por meio de *tablet*, cresceu 216%, e o tráfego de dados por meio de *smartphone* cresceu 109%. A expectativa dessas entidades é de que, em 2017, o vídeo vai representar 72% do tráfego móvel. E vídeos, fotografias, dados precisam de espectro. Cada vez que encaminhamos uma fotografia para uma rede social ou para um parente ou para um amigo, é o equivalente a 20 pessoas falando ao mesmo tempo. Então, uma pessoa, aqui dentro, subindo uma fotografia, ocupa o espaço que 20 pessoas ocupariam se estivessem falando ao mesmo tempo.

Para suportar toda essa demanda, existem duas faixas de frequência que são muito interessantes e que são complementares na oferta da banda larga 4G. A banda larga 4G é, de forma simples, aquilo que nos permite transmitir dados a uma velocidade muito maior do que a velocidade pela qual são transmitidos no 3G. Não



há voz, há apenas dados. A tecnologia ainda não chegou ao ponto de nos possibilitar usar, de forma comercial, a questão de voz, mas é um serviço complementar. E, como o vídeo, como os dados crescem muito, o serviço de banda larga quarta geração é fundamental para a expansão desse serviço.

E o serviço em 2,5 giga-hertz, a faixa que já foi leiloadada e já foi adquirida pelas empresas, oferece capacidade. É uma característica: frequências altas. As frequências altas oferecem capacidade, enquanto as frequências mais baixas nos dão abrangência física, geográfica. Por isso é que elas são complementares. A faixa de 700 viabiliza a banda larga móvel em áreas menos povoadas, pois a abrangência da sua cobertura é maior. O raio de uma célula em 700 mega-hertz é muito maior do que o raio de uma célula na frequência de 2,5 giga-hertz, porque a Física é assim. Nós temos que respeitar as leis da Física, no caso da utilização do serviço.

A médio prazo, a licitação da faixa de 700 mega-hertz será praticamente a última oportunidade que nós teremos para atender as áreas menos povoadas no Brasil.

Quanto menor a frequência de operação, menor é o custo de infraestrutura. Então, uma infraestrutura a ser montada na faixa de 700 mega-hertz é praticamente cinco vezes menos cara ou mais barata do que a faixa de 2,5 giga-hertz.

O Brasil também acompanhou a recomendação mundial de atribuição dessa faixa de 700 mega-hertz. E, na sua apresentação aqui, o representante da ANATEL mostrou que a faixa a ser utilizada é próxima à faixa utilizada hoje pela televisão, até porque ela é função da digitalização da televisão. Então, é necessário, não só para o Brasil, mas também para o mundo inteiro, que tem feito isso, fazer um conjunto enorme de testes para mitigar as possíveis interferências prejudiciais, que podem ser da televisão no serviço móvel, assim como do serviço móvel na televisão.

Por exemplo, como é a interferência do serviço móvel na televisão? Deixa a tela da televisão preta. Ela extingue o sinal naquele momento, e não se pode transmitir. E a interferência da televisão no serviço móvel é a não existência do serviço móvel. Nós entendemos que é possível o funcionamento dos dois serviços.

A ANATEL, como já foi falado, o setor de telecomunicações e o setor de radiodifusão iniciaram os testes de convivência, ou seja, da convivência da TV digital e do serviço digital de quarta geração na faixa de 700 mega-hertz, em 13 de janeiro



de 2014. Os testes são fundamentais para a definição dos critérios que balizarão o edital de licitação. Esses testes podem mostrar que há facilidade de reduzir a interferência ou que essa redução de interferência pode ser tecnicamente mais complexa e, em consequência, mais cara.

Já foi realizada a maioria dos testes para verificar os impactos dos serviços móveis na TV digital. Os testes de impacto da TV digital no serviço móvel, iniciados em 10 de março de 2014, ainda se encontram em andamento pelas prestadoras. Nós vamos dar continuidade aos testes, como foi apresentado aqui pelo representante da ANATEL, em todos os locais — em Pirenópolis etc. —, mas não vamos dá-los por encerrados porque entendemos que ainda não estamos seguros sobre as questões de interferência de um serviço no outro. Para nós, então, é muito importante efetuar todos os ensaios, para que os impactos de convivência sejam identificados. E vamos, então — repito —, continuar os testes, para identificar a maioria dos impactos na convivência entre os sistemas.

Os resultados preliminares dos testes, na visão do setor de telecomunicações, exigem aprofundamento, para descobrirmos, identificarmos eventuais interferências prejudiciais. Nós temos relatórios, temos dado publicidade a isso junto à ANATEL. E as avaliações internacionais indicam, efetivamente, a necessidade de maior cautela, para que não tenhamos sobressaltos no futuro, quando formos fazer o edital e, principalmente, quando formos fazer a implantação.

Precisamos também ter critérios da ANATEL para definir o preço mínimo do leilão. Esse preço do leilão vai ser não só para adquirir a faixa a ser utilizada, mas também para todos os testes, para tudo aquilo que for necessário para que, quando se fizerem a migração da televisão e a implantação da quarta geração de telefonia celular na faixa de 700 mega-hertz, não haja interferência. Então, é necessário comprar filtros e equipamentos — e uma série de serviços serão demandados —, para que haja garantia. E essa garantia, obviamente, vai se transformar em custo para aqueles que vão fazer o serviço.

Então, é preciso conhecer muito bem os custos para a limpeza da faixa; os parâmetros de qualidade que serão exigidos — vão depender do projeto; as novas obrigações que teremos; a convivência entre os serviços; os eventuais ressarcimentos; e qual, efetivamente, vai ser o espectro disponível para o serviço



móvel. Dependendo das consequências e dos resultados, poderemos ter uma redução da disponibilidade do espectro se houver necessidade de uma maior banda para a proteção entre os serviços.

O ressarcimento é necessário. Você não só vai comprar as frequências para uso, mas vai precisar pagar alguém para fazer a limpeza daquela faixa.

Esses são os eventuais ressarcimentos. Pode ser em função do FISTEL — Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ou das próprias empresas que tenham que fazer o pagamento. Alguém vai pagar.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA** - Também.

Ou dos critérios utilizados pela ANATEL — Agência Nacional de Telecomunicações, com a quantidade de espectro disponível para o serviço. É fundamental que os critérios para utilização da faixa priorizem a expansão e a qualidade do serviço móvel.

Nós temos, então, um primeiro ponto: é importante para o setor de telecomunicações? É, muito. Segundo: é importante que se façam os testes com muito cuidado? Sim, porque nós estamos tratando de interferência de dois serviços fundamentais para a sociedade brasileira. Terceiro: é importante que se coloquem os critérios de utilização para a expansão e qualidade do serviço? Sim. É importante, porque, até o momento, o Brasil não teve nenhum serviço que desse, por exemplo, obrigação de cobertura em estradas, que desse obrigação de cobertura em determinadas áreas.

Nós nunca tivemos nada que pudesse cobrir essa lacuna sobre a qual sou cobrado em todas as reuniões a que compareço aqui. Em todas as audiências, perguntam-me por que nós não atendemos. Não temos a obrigação até o momento, até os últimos leilões que tivemos. Se houver uma diferença em relação ao que foi feito até hoje, provavelmente o País vai ter uma cobertura mais efetiva do que tem hoje. E é a última oportunidade que nós teremos. Precisamos ir com calma, apesar de entendermos que é fundamental essa frequência para o serviço móvel celular.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço ao Sr. Eduardo Levy, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, pela manifestação.

Passo a palavra à Sra. Veridiana Alimonti, que é do IDEC — Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Ela fará suas considerações por 20 minutos.

**A SRA. VERIDIANA ALIMONTI** - Muito obrigada. Boa tarde a todos e a todas.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite para estar nesta audiência. Concordo com a crítica apresentada ao Pedro Osório, em relação à ausência de espaços em que efetivamente a sociedade civil não empresarial possa fazer essas discussões devidamente, com as empresas e com o Governo. Então, para nós, é muito importante estar aqui debatendo esse assunto.

O IDEC é uma associação civil de consumidores que existe há mais de 25 anos. Entre suas principais áreas de atuação estão os direitos dos usuários nas telecomunicações e no acesso e uso da Internet. Nessa perspectiva, muitas vezes as discussões se revestem mesmo de uma aparência eminentemente técnica.

É importante termos bastante em vista que grande parte dessa discussão é justamente a prestação do serviço de banda larga de quarta geração com qualidade e de forma mais ampliada, se não — infelizmente — universalizada, pelo menos de maneira mais ampliada a todos os cidadãos brasileiros.

A banda larga é um serviço cada vez mais essencial para assegurar direitos fundamentais do cidadão brasileiro: a liberdade de expressão, o acesso à informação e à educação. Está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e social.

Então, é disso que nós estamos falando. Mais do que parcelas do espectro, é possibilitar a efetivação desses direitos a partir da prestação de um serviço cada vez mais essencial. Essa é uma parte que nós estamos tratando aqui.

Por isso é sempre importante, quando as prestações de telecomunicações apresentam os números de acessos à banda larga móvel, que são números muito maiores do que os números de acesso em banda larga fixa, qualificar essas informações. Na revista que alguns de vocês puderam receber tem uma pesquisa do IDEC em que a gente trata disso com mais detalhes. Qualificar essas informações



passa por discutir também cobertura e capacidade de rede, e é isso que a gente está discutindo aqui também.

No Brasil, têm pesquisas que demonstram que, entre os países da América Latina, nosso País é aquele que tem os planos de banda larga móveis mais caros quando temos em vista as franquias mais altas. Quando a gente compara os planos de dados com as franquias mais altas, nós temos os planos de banda larga mais caros da América Latina, porque nós não temos capacidade de rede suficiente para prestação desses serviços com boas franquias de dados. Nós temos planos mais baratos quando avaliamos as franquias de dados mais baixas. Franquias de dados são o megabytes, os pacotes de MB que a gente compra quando compra um plano de banda larga móvel. E quanto maior a franquia de dados, mais, de fato, você é capaz de usar essa Internet que todos defendemos que todos os cidadãos tenham acesso, à Internet que permite ter uma utilização plena, e não apenas ter acesso a aplicações que consumam menos banda.

Em relação a sinal e cobertura, nós ainda vivemos no Brasil constantes problemas no desempenho da banda larga móvel, mesmo tendo em vista a medição oficial da entidade aferidora da qualidade, que é a medidora oficial da ANATEL e das empresas de telecomunicações. Nos dados divulgados em outubro de 2013, relativos a setembro de 2013, dos 11 Estados avaliados, mais da metade não atingiu a meta de garantir 20% da velocidade contratada, em 95% dos casos. Tem um cronograma para que outros Estados sejam avaliados. A meta de velocidade instantânea, de velocidade mínima naquele momento era 20%.

Então, a gente verifica que ainda temos muitos problemas relacionados a esses milhões de acessos em banda larga que precisam ser solucionados, para que de fato a gente possa se orgulhar do acesso que a gente garante aos usuários brasileiros.

Essa grande oscilação na velocidade, instabilidade, problemas de cobertura são ainda mais presentes no 4G que é oferecido no Brasil, também pelas questões que já foram apresentadas pelo Eduardo Levy em relação às características da faixa de 2,5 giga-hertz em relação à abrangência.

Tendo em vista a utilização complementar dessas duas faixas, da faixa de 2,5 giga-hertz e da faixa de 700 mega-hertz, nesse desafio de garantir o acesso à banda



larga com qualidade aos cidadãos brasileiros, nós temos algumas questões cruciais a resolver e sobre as quais pensar antes que esse edital possa vir à rua com toda a sua complexidade.

A primeira delas é assumir como prioritário o entendimento desse leilão, como o que está presente na própria portaria que define a política ligada a essa faixa; tratar a cobertura e o acesso a esse serviço como um direito do cidadão mais do que qualquer outra questão técnica ou de mercado que esteja envolvida.

Isto eu já falei algumas vezes nesta Comissão, mas acho que é sempre importante bater nessa tecla. Por opção do Governo Federal brasileiro, a regulação das telecomunicações no Brasil não concebe a banda larga como um serviço essencial. Embora a regulação brasileira traga elementos mais do que suficientes para que ela seja assim tratada, não é assim que as políticas públicas no Brasil consideram a banda larga. Então, a regulação trata a banda larga fixa e móvel sem dar ao Estado as prerrogativas necessárias para que se estabeleçam metas de universalização e controle de preços para que todos possam ter acesso a preços módicos e mesmo políticas de acessos coletivos. E a gente não precisa ter um esforço muito grande de reflexão em relação a nossa realidade para chegar à conclusão de que o mercado não investe sozinho, por conta própria, onde não interessa financeiramente; tampouco pratica preços módicos onde não exista real competição. Com isso, as desigualdades brasileiras em relação a diversos serviços se aprofundam no serviço de telecomunicações, e as políticas públicas, que deveriam ser realizadas para conseguir resolver essas desigualdades, ficam amarradas por opções do Governo em relação a considerar ou não a banda larga um serviço essencial.

Na banda larga fixa, o Governo Federal vem fazendo isso aos trancos e barrancos na esteira do serviço de telefonia fixa, que é prestado como um serviço essencial e, portanto, tem meta de universalização.

Na esteira dos serviços e das metas de universalização do serviço de telefonia fixa, o Governo estabeleceu metas de cobertura para banda larga fixa, mas metas de cobertura que, na melhor das hipóteses, chegam a 1 megabit por segundo no final deste ano, 1 megabit por segundo com franquias de dados também bastante restritivas, ou seja, uma Internet que para os pobres é bastante limitada.





Já na banda larga móvel, como a prestação dela depende justamente de licitação de frequência do espectro de radiofrequência, é possível nesses leilões estabelecer compromissos de abrangência, metas de cobertura, embora seja um serviço prestado pelo regime privado. É isso que o Governo fez no leilão do 450 mega-hertz, que também é o leilão da área rural e também estava relacionado às metas de cobertura da telefonia fixa. Foi feito no bojo do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo, que é um serviço essencial, mas que tem metas de cobertura de banda larga e metas de cobertura de serviço de voz em área rural, porém, metas bastantes complicadas também. Até o final de 2015, todos os Municípios têm que estar cobertos, além de uma área de 30 quilômetros a partir da localidade sede, com uma conexão de 256 kbps, ou seja, em dezembro de 2015, conexão de 256 kbps com franquia de dados de 250 megabytes. Até dezembro de 2017 essa meta aumenta para 1 megabit por segundo e para uma franquia de 500 megabytes. Ou seja, a área rural está décadas atrasada em relação às áreas urbanas se depender dessa política.

Os leilões de 3G e 4G também têm metas de cobertura. Elas vão sendo estabelecidas em relação à quantidade de habitantes em Municípios. Até dezembro de 2019, os Municípios com até 30 mil habitantes têm que estar cobertos.

O leilão da faixa de 700 mega-hertz permite que essas metas sejam aprimoradas, complementadas, aceleradas. Apesar de esta ter sido a prioridade no primeiro desenho desse leilão feito pelo Ministério das Comunicações e esteja inclusive prevista entre os princípios da portaria que foi citada aqui pelo Nilo Pasquali, da ANATEL, agora se discute a possibilidade de a prioridade do leilão ser alterada. Em vez de a prioridade do leilão ser o compromisso de abrangência, de melhoria da qualidade e da cobertura do serviço, pensando na relevância da ampliação do acesso a um serviço essencial para a maioria dos cidadãos brasileiros, o que se pensa em fazer agora é alterar essa prioridade para que esse leilão sirva à arrecadação, que o preço pela outorga seja duplicado ou mais, diminuindo ou até deixando de prever metas de cobertura e de qualidade em relação à prestação desse serviço.

É essencial dizer que, do ponto de vista do interesse público e da efetivação de direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros, entre eles o direito à



comunicação, é inadmissível que a prioridade desse leilão deixe de ser a ampliação da cobertura desse serviço com qualidade.

O setor de telecomunicações já sofre bastante com o superávit primário. Nós temos alguns fundos contingenciados há muito tempo, prejudicando a fiscalização, o desenvolvimento e a universalização dos serviços de telecomunicações. Essa oportunidade histórica que nós temos agora em relação a essa faixa não pode ser desperdiçada também e novamente em nome do superávit primário. É absolutamente relevante que, na definição das obrigações desse leilão, a prioridade seja o acesso à garantia de direitos fundamentais para o cidadão brasileiro através da inclusão digital, que é, sim, cada vez mais necessária, ao lado da inclusão social.

Eu gostaria de fazer este apelo aos representantes do Ministério das Comunicações e do Ministério da Fazenda, mas, infelizmente, eles não puderam estar presentes. Então, apelo a esta Casa e aos que puderem me ouvir, porque esta é realmente uma questão fundamental na discussão deste edital.

Um parêntese bastante rápido em relação a isso é que, neste processo de liberação das faixas da televisão analógica para a televisão digital, não só nessa faixa especificamente, mas nas faixas que deixariam de ser utilizadas pela televisão analógica, há uma série de experiências de utilização dessas faixas para políticas de inclusão digital comunitárias e municipais, utilizando-se tanto a faixa, como os espaços em branco, que são os espaços antes necessários à televisão analógica para não causar interferência entre um canal e outro — na digitalização não são mais necessários —, e utilizando-se rádios cognitivos, rádios inteligentes que verificam as frequências que estão em utilização. É preciso também combinar a utilização da televisão digital e das aplicações dessas iniciativas de políticas de inclusão comunitária e municipal, através do espectro, principalmente o *wi-fi*.

Esta é uma discussão que deve acontecer cada vez mais de forma pública, tendo em vista o amplo espectro da sociedade, coordenada pela ANATEL e pelo Ministério das Comunicações, para que a gente possa levar a cabo este tipo de políticas.

Muito bem, quando eu comecei a minha fala, disse que a banda larga móvel era uma parte da discussão. A outra parte da discussão é justamente a compatibilização da prestação de dois serviços de interesse público: um, a banda



larga móvel de quarta geração; o outro, a radiodifusão dos sons e das imagens, o que já foi trazido aqui por algumas pessoas que me precederam.

Testes recentemente divulgados, encomendados inclusive pelas prestadoras de serviço de radiodifusão e conduzidos pela Universidade Mackenzie, além dos testes que já estão sendo feitos pela ANATEL e pelas operadoras de telecomunicações, demonstram que as possibilidades de interferência entre os dois serviços — o serviço de televisão e o serviço de banda larga — são grandes, especialmente para aqueles usuários que tenham antena interna na televisão, uma televisão já antiga, de 2007, uma das primeiras que foram compradas.

Isso significa que existem problemas mesmo para aqueles que já têm essa televisão, problemas que podem implicar custos para os usuários, mesmo para os usuários que já têm despendido um valor para ter televisões adaptadas. Se, por um lado, já se prevê no anexo do próprio edital como as emissoras de radiodifusão terão os seus custos absorvidos neste processo de transição e no processo de limpeza da faixa, ainda não ficou claro como os cidadãos brasileiros terão os seus custos absorvidos ou terão os seus custos minimizados em relação à troca dos aparelhos de televisão.

Hoje, o aparelho de televisão é a tecnologia de informação e de comunicação mais presente nos domicílios brasileiros, em mais de 90% dos domicílios brasileiros. Algumas pessoas já fizeram esta troca, muitas ainda não a fizeram. É importante saber também como se vai arcar com esses custos, se haverá subsídios. Qual será a política para resolver essa questão? Trata-se de algo bastante relevante do ponto de vista do usuário.

Outra tarefa importante, que precisa ser discutida com mais atenção, é a que está ligada justamente às emissoras públicas, culturais e educativas, que estão relacionadas à ABEPEC. A regulação brasileira no campo da radiodifusão desprezou durante muitos anos, durante quase décadas, um princípio constitucional, que é o princípio da complementaridade dos sistemas público, privado e estatal na radiodifusão brasileira.

Nos últimos anos, nós começamos a avançar na garantia da existência de um sistema público robusto no Brasil, e isso agora encontra desafios diante da digitalização brasileira, em relação à manutenção não só dos canais públicos,



educativos e culturais que existem atualmente, mas também daqueles que viriam a existir até por força do decreto da TV digital, que traz o Canal da Cidadania, entre outros.

Isso está relacionado ao interesse público e à maior diversidade dos conteúdos na televisão brasileira e precisa ter toda a atenção do poder público para que seja garantido. Por isso, busquei pontuar na minha fala uma série de questões que precisam ter respostas definidas ou mais claras, antes que este leilão seja realizado.

A previsão que está sendo divulgada é que o leilão seja realizado em agosto, e há etapas já definidas, como o regulamento de interferências, que ainda tem que passar pelo conselho diretor da agência, tem que passar por consulta pública, voltar para o conselho diretor para, assim, ser publicado, além de outras questões que foram tratadas aqui e que são de extrema relevância para que este edital reflita todos os interesses envolvidos, especialmente o interesse público e o interesse dos cidadãos.

Para que todas essas questões sejam avaliadas de forma suficiente e as suas soluções sejam coordenadas tendo em vista esses direitos, é preciso um planejamento amplo, não só técnico, um planejamento que tenha em vista todos os problemas aqui apontados. Considerando a relevância histórica de todas essas decisões, que têm que ser tomadas antes de este edital ser colocado na rua, antes de esse leilão ser realizado, nós nos unimos àqueles que ressaltam a relevância de que estes debates sejam feitos de forma suficiente e com participação social.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação divulgou ontem uma nota que traz uma série de pontos que eu já apresentei aqui — eu não teria tempo de ler a nota inteira, mas a maior parte dos pontos apresentados por mim estão presentes nessa nota. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação reúne diversas entidades que defendem o direito à comunicação e se posiciona, nessa nota, também pelo adiamento do leilão.

Na visão do IDEC, embora o início da operação do 4G na faixa de 700 megahertz seja fundamental para a qualidade do serviço que já está sendo ofertado e vendido, nós entendemos que esses pontos precisam estar mais bem definidos, antes de o edital ser finalizado e o leilão ser realizado.



E, mais uma vez, salientamos e pontuamos que, em toda esta discussão, a sociedade civil não empresarial também tem que ser considerada com relevância.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Gostaria de agradecer a participação da Sra. Veridiana Alimonti, do IDEC.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de registrar a presença honrosa do Sr. Marcos Mendonça, Presidente da Fundação Padre Anchieta — *TV Cultura* de São Paulo. S.Sa., que prestigia nosso encontro, nossa audiência pública e já pela segunda vez preside uma das maiores organizações públicas de comunicação, que foi uma grande parceira da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo na implantação da primeira TV pública, juntamente com a *TV Cultura*, com todo o aporte, conhecimento, ciência que a *TV Cultura* tem.

Seja muito bem-vindo. Agradeço muito a gentileza da sua participação nesta audiência pública.

Passo a palavra ao Sr. Luis Roberto Antonik, da ABERT, que fará as suas considerações.

**O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK** - Boa tarde a todos.

Essa questão da implantação do 4G LTE tem uma relação muito forte com a televisão, até porque nós, radiodifusores que possuímos, até pouco tempo, dos canais 2 ao 69, cedemos do canal 52 ao canal 69, para que fosse possível a implantação do 4G LTE. Isso não representa novidade nenhuma, não tem nenhuma bondade do setor de radiodifusão. Esse processo acontece no mundo inteiro.

E no Brasil, nós temos, em termos de processo, uma facilidade quando comparados com outros países — não em termos operacionais, em que essa facilidade não existe —, porque aqui é possível ver aquilo que foi feito de certo ou de errado em outros países. O processo de implantação do 4G LTE já está acontecendo nos Estados Unidos, no Canadá, na Europa e no Japão. Então, é possível ver o processo que esses países seguiram para a implantação do sistema de banda larga móvel e os usarmos aqui.

Do ponto de vista operacional, essa bondade, essa facilidade não existe, porque cada país adota um arranjo e um modelo diferente. Por exemplo, no Japão, pelo modelo que adotaram, eles terão gastos absolutamente exorbitantes de



mitigação das interferências da banda larga móvel na televisão, que eu acredito que, pela nossa realidade econômica, aqui seriam insuportáveis.

Mas nós, radiodifusores, já absorvemos tudo isso e achamos que é assim mesmo que deve acontecer. Não estamos aqui hoje para, por exemplo, pedir o adiamento do leilão. Estamos aqui apenas para dizer que o Governo está fazendo a coisa certa. E, de um modo ousado e impertinente, eu diria que ele está fazendo a coisa certa pelo modo errado.

Por que está fazendo pelo modo errado, na visão dos radiodifusores? Está fazendo do modo errado porque não está seguindo o mesmo sequenciamento de processo que nós observamos em outros países, que é adotar um processo corrido, sequenciado e planejado, de modo que essas interferências e o levantamento desses custos todos possam ser mitigados com mais precisão e a população não seja penalizada com a perda do serviço, porque a interferência — não sou eu que estou falando, isso está em todos os lugares — efetivamente existe.

A convivência dos serviços é possível. O serviço já está implantado, então não há por que dizer que os serviços são incompatíveis. Eles são compatíveis. Agora, o modo como se operacionalizar isso, o arranjo que se adotar é que vai fazer toda a diferença nesse processo.

Nós, radiodifusores, também temos sido desagradavelmente repetitivos e coerentes naquilo que pretendemos com relação a esse processo. Em primeiro lugar, nós sempre lutamos pela manutenção da garantia. Nós estamos do canal 2 ao 69 e vamos ficar do 14 ao 51. Então surge uma primeira pergunta básica: cabemos todos nesse espaço que vai sobrar? Temos a questão de manter a atual cobertura.

Como segundo ponto, há a questão da garantia dos custos de readequação e os custos de acesso à população. O Deputado perguntava ao Sr. Levy que custos são esses. Por exemplo, nós temos uma emissora que está no canal 59, e essa emissora terá que mudar para o canal 17. Quem paga isso? Isso faz parte desses custos.

Por último, mas não menos importante, já que estamos cedendo um pedaço da nossa faixa de frequência, como mínimo poderíamos esperar que não tivéssemos interferência da banda larga móvel.



O que acontece? A primeira parte já é passado. A ANATEL fez um belíssimo trabalho técnico em conjunto com as emissoras e com o Ministério das Comunicações, e está comprovado que todos nós cabemos dentro desse espaço. É possível colocar toda a estrutura de televisão que nós temos dentro desse espaço. Já está definido. Os atos já foram até publicados. Mas, em relação ao item 2 e ao item 3, ainda temos dúvidas. A questão do rearranjo, da reengenharia, e a questão, especialmente, da mitigação das interferências, como isso será feito? Isso não está esclarecido, muito menos, terceiro ponto, como a questão da interferência vai ser controlada.

Então surge uma pergunta crucial: de que depende a garantia da cobertura dos custos e da proteção para que o serviço não sofra interferência? Esta é, para os radiodifusores, a grande questão. Não estamos aqui para reivindicar que o leilão seja adiado. É possível manter a data que aí está. Não queremos entrar nesse mérito, mas queremos fazer uma pergunta: quais são as garantias de que os custos serão cobertos e de que o sistema de televisão aberto será livre e gratuito, de que ninguém pagará nada para assistir à televisão? Nós cobrimos os nossos custos com a publicidade que nós veiculamos.

Na nossa visão, essa garantia depende de um processo sequenciado. Vamos prestar atenção naquilo que foi feito na Europa, nos Estados Unidos ou no Japão — eles adotaram um processo de sequenciamento — e vamos colocar em prática aqui esse sequenciamento.

Como eu já havia dito no início, a operacionalização disso é muito diferente, porque os países têm realidades e rearranjos de utilização dessa frequência também muito diferentes, mas, na nossa visão, a única garantia de que o brasileiro não vai ficar sem o serviço de televisão é esse sequenciamento ser feito de forma ordenada e correta. Ou seja, primeiro terminamos os testes de interferência. Os colegas que me precederam disseram que estão sendo levados a efeito testes de interferência. Foram feitos testes de interferência no Instituto Nacional de Telecomunicações — INATEL, lá em Minas Gerais, e aqui em Pirenópolis. Esses testes precisam ter seus relatórios publicados e analisados. Uma vez que esses testes tiverem sido publicados, nós vamos poder construir um regulamento de interferência. Como eu vou construir um regulamento de interferência, ou mesmo fazer uma consulta



pública sobre um regulamento de interferência, se os testes ainda não foram concluídos? E, muito pior ainda, como será possível publicar a consulta pública de um edital de licitação sem o regulamento, sem o resultado dos testes? Como eu vou aferir exatamente quantos filtros eu preciso aplicar e em que regiões eu vou distribuir esses filtros?

Certamente, os senhores deverão lembrar que, alguns anos atrás, nós usávamos em casa um pequeno filtro na saída do telefone quando tínhamos Internet discada. Não sei se alguém aqui se lembra disso. Sem aquele filtro, você simplesmente não conseguia usar a Internet. Botava o filtro de volta, funcionava a Internet. Há 6 ou 7 anos nós ainda usávamos esse filtro.

Aqui, vai funcionar do mesmo jeito. Nós vamos ter que colocar um filtro na nossa televisão. A indústria vai ter que fabricar um aparelho que já venha com esse filtro incorporado. Um edifício que tenha antena coletiva, ele tem um *booster*, que é um aparelhinho que se usa para reforçar o sinal e aumentar a potência do sinal. Pois esse aparelhinho também vai ter que receber um filtro.

Mas como eu vou dimensionar que filtro é esse e qual é a quantidade de filtros, se eu ainda não tenho os testes? Perdoem-me eu estar sendo repetitivo, mas essa é uma questão lógica. Não é preciso ser engenheiro para pensar nisso. Eu faço os testes, faço o regulamento, lanço o edital, aí faço o leilão.

Então, nós vemos que é imperativo que a consulta pública do regulamento e do edital, que estão juntos, já na pauta da ANATEL, para o dia 10, às 15 horas, ela seja publicada apenas após o término dos testes. O que nós estamos reivindicando à ANATEL, numa carta conjunta das três entidades que representam as emissoras de televisão — ABERT, ABRA e ABRATEL —, uma carta para a ANATEL e para o Ministro das Comunicações... E pedimos audiência à Presidenta da República para explicar a essas autoridades que nós gostaríamos que o processo todo seguisse este sequenciamento: terminam-se os testes, publica-se a consulta pública do regulamento; termina a consulta pública do regulamento, publica-se o regulamento e a consulta pública do edital; termina a consulta pública, faz-se a licitação. Isto em vez de publicar os documentos todos juntos.

*(Segue-se exibição de imagens.)*





A sequência de um processo racional para se fazer isso seria mais ou menos a que coloco nesta transparência. Os meses aqui são meramente ilustrativos.

Então, os testes de interferência são feitos na ANATEL e em Pirenópolis. Sai a consulta pública do regulamento. Depois sai a consulta pública do regulamento. Aí sai a consulta pública do edital. Então sai o edital. E, no final desse processo todo, temos o leilão.

Mas o que quer o Governo? O que o Governo está pretendendo fazer é agrupar todos esses passos num só. Ou seja, agora no mês de abril já publicamos as duas consultas públicas, a do regulamento e a do edital, ainda sem ter os testes na mão.

Nós acreditamos que o regulamento, por exemplo, poderia ser feito com muito mais acuidade se tivéssemos o resultado dos testes. E seríamos muito pontuais. Quando publicássemos o edital, vejam os V.Exas., ele traria valores muito expressivos. Eu sei que os Parlamentares são pessoas muito experientes, mas eu lhes diria que os senhores vão se surpreender com os valores de ressarcimento que estarão contidos no edital, não apenas pelas centenas de estações de televisão que serão mudadas por conta da limpeza dessa faixa, para que nós deixemos do canal 52 ao canal 69, mas, muito mais, com a quantidade de filtros que nós vamos comprar e vamos ter que distribuir à população para que ela não sofra com a interferência. Grande parte da população não tem aparelhos de televisão capazes de recepcionar a televisão digital. O que fará o Governo? O Governo vai comprar *set-top box* em quantidade enorme, e esse *set-top box*, essa caixinha receptora, ela já virá com o filtro. Então, duas coisas: vai ser preciso comprar filtros para aqueles que já têm aparelhos de televisão e vai ser preciso comprar o *set-top box* com o filtro para os que não têm. O custo disso será da ordem de bilhões de reais, e o Governo está ciente disso. A ANATEL também está preocupada. Mas nós achamos o seguinte: como vamos dimensionar essas coisas e colocar esses valores se ainda não temos os testes?

O pleito da ABERT se resume a duas coisas muito simples, sem falar em adiamento, em postergação, em procrastinação, em radiodifusores querendo adiar o leilão. Não! A faixa já não é nossa, ela já não nos pertence. Nós somos capazes de ver que essa faixa, no mundo inteiro, está sendo utilizada na banda larga. Aqui não



será diferente. Mas gostaríamos de ter duas coisas: a consulta pública sobre o regulamento de interferência realizada apenas após a finalização dos testes e, segundo ponto, a consulta pública do edital de licitação da faixa de 700 publicada apenas após o regulamento estar em vigor. O que pedimos aqui é um acerto no sequenciamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço pela participação ao Sr. Luis Roberto Antonik.

Encerradas as exposições iniciais, passaremos agora à lista de inscrição para os nossos debates, que vamos dividir em dois grupos. Primeiro falarão o Deputado Sandro Alex, o Deputado Jorge Bittar e a Deputada Luiza Erundina. No segundo grupo, o Deputado Newton Lima e a Deputada Margarida Salomão. Fazemos duas etapas, porque assim todos podem participar. Se houver aquiescência dos membros da Comissão... *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Sandro Alex.

**O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Uma boa tarde a todos.

O assunto é extremamente importante para esta Casa, Presidente Tripoli, e assusta-me a ausência do Ministério das Comunicações nesta audiência, ainda que tenhamos a NABE acontecendo nos Estados Unidos. Parece-me que, para o País, este assunto é o mais importante. É uma pena que não possamos debatê-lo com o Ministério, é uma pena que não haja nenhum técnico do Ministério presente a esta audiência.

O que nós temos claro, a única certeza que nós temos diante do que os senhores e senhoras nos colocaram e do que há alguns anos eu venho falando, a única certeza é que o sinal analógico vai ser desligado. O sinal analógico vai ser desligado a partir de 2015. Todo o restante está em análise ou em estudos, e há muito tempo. Nós estamos na iminência de, a partir do dia 1º de janeiro do ano, ter início o *switch off*, que é o desligamento da TV analógica neste País. Inicialmente, em mais de 800 Municípios, depois em pouco mais de 700, e eu não tenho a última relação, para saber realmente quais são os Municípios que estarão sofrendo esse desligamento a partir de 2015, e em que datas.



Concluo, ao ouvir vocês, que nós vamos ter um apagão televisivo. Teremos o desligamento da TV analógica, sem que haja nenhuma política pública para deixar a população a par dessa transição. A população não está a par dessa transição. A população sabe que, a partir do ano que vem, Deputada Luiza Erundina, nós vamos desligar os aparelhos analógicos dos grandes centros, das grandes cidades do País? Porque não houve uma prorrogação do *switch off*, e sim uma antecipação? Se vai até 2018, começa no ano que vem. Eu tenho absoluta convicção de que nós não podemos desligar nada em 2015. Nada! Não será possível desligar nada em 2015. No dia 1º de janeiro começa um novo Governo, com um novo Ministério. Nós já estamos no mês de abril, a pouco mais de 6 meses do fim do ano, sem nenhuma política clara de como isso será feito, de como a indústria está tratando disso. A população está recebendo informações a respeito? Equipamentos estarão disponíveis? Nós vamos desligar o analógico.

E, para ficar pior, nós vamos interferir no digital. Então nós vamos desligar, por um lado, o analógico, sem que a população tenha acesso à informação, que no Brasil vem pela televisão, e não vamos garantir o sinal digital. Não temos ainda a convicção, porque já temos consulta, leilão, desligamento, mas não temos testes conclusivos. Os testes não foram ainda concluídos e entregues, mas já temos a consulta, leilão marcado e desligamento já acionado.

Então, parece-me que isso não será possível para o ano que vem. Enquanto não se tem a absoluta convicção das interferências da faixa limpa, não é possível fazer esse desligamento. É necessário planejamento, e o horizonte é curto. Nós temos readequações e planejamentos amplos a fazer, então não será possível, apesar de nós alertarmos sobre isso já há 2 anos e discutirmos o assunto em audiências públicas. Nada foi feito. Tudo está em estudos e em análise.

Sr. Presidente, mesmo as teles, que são as mais interessadas no leilão... Parece-me que estamos diante de um leilão em que se tem o maior preço, mas não há, como a D. Veridiana colocou, garantia de que os planos ficarão mais baratos. Ao contrário, ficarão mais caros, porque ganha o preço maior e não as contrapartidas que a sociedade exige dos consumidores. Quem der o maior preço vai levar esse grande negócio do Brasil, que está sendo realizado em detrimento do serviço de televisão do País.



Para finalizar, Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa. que nós vamos apresentar um projeto de decreto legislativo para suspender o efeito desse decreto sobre o *switch off*, do desligamento, da antecipação do desligamento, porque não há garantia e está exorbitando o poder, tirando da população o acesso à televisão.

Segundo, nós estamos com uma ação judicial preparada para cancelar esse edital, para que, se não houver a contrapartida exigida pela sociedade de preços adequados, canais limpos e não interferência, ele não pode acontecer. Portanto, é uma obrigação desta Casa, deste Parlamento participar e não deixar a população sofrer com esse apagão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Cumprimento o Deputado Sandro Alex pela manifestação e passo a palavra ao nobre Deputado Jorge Bittar.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** - Boa tarde a todos!

É um prazer estar com todos aqui. Quero destacar a qualidade de todas as intervenções de hoje, que muito contribuíram para que a gente possa ter um painel de diferentes visões dos setores envolvidos neste importante processo.

Quero destacar aqui, particularmente, a intervenção da Veridiana Alimonti, simplesmente porque ela é uma representante da sociedade que se pronunciou com muita qualidade sobre os diversos aspectos que envolvem esse tema, não só reivindicando espaços crescentes, para que a sociedade possa opinar sobre o presente e o futuro das comunicações, mas se referindo ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que, aliás, ontem ganhou um importante aliado, o Presidente do STF, que defendeu o regulamento da mídia e a democratização das comunicações. Não se pode mais dizer que defender criteriosamente, sem radicalismos, esse tema seja censura, depois que o Presidente do STF se pronunciou. Ele deu o amparo constitucional a todos aqueles que querem criteriosamente discutir um regulamento que é de 1962, mas discuti-lo com bom senso, habilidade e espírito democrático e público.

Eu ouvi com muita atenção a intervenção do meu amigo e companheiro Deputado Sandro Alex, uma intervenção eloquente que expressa, naturalmente, o papel dele como Parlamentar, como legítimo representante da população, como representante da Oposição.



Eu quero apenas recolocar algumas coisas, segundo o meu ponto de vista, no seu devido lugar.

Primeiro, é importante dizer que o espectro não pertence a nenhum setor da sociedade, seja ele emissora pública, seja ele emissora privada. O espectro é um bem público que deve ser discutido para que seja usado com a devida eficiência, sem desperdício de sua utilização, no momento em que os serviços demandam cada vez mais espectro, e também segundo uma visão de utilização democrática, pública, republicana desse bem. Então, não estamos aqui discutindo propriedade de ninguém efetivamente.

Segundo, a importância dos 700 mega-hertz, mas sem achar que os 700 mega-hertz é uma solução que vai resolver todos os problemas da humanidade. Ao lado dos 700 mega-hertz, nós temos 450 mega-hertz, que estarão, logo, logo, embarcados nos *handsets*, inclusive tendo sido objeto de leilão. É uma frequência baixa, portanto de alcance amplo, mas não permite, digamos assim, grandes velocidades, porque é uma frequência mais estreita do ponto de vista da banda, mas permite alcance para as áreas rurais, o que é algo significativo.

As empresas já detêm frequências nas faixas de 800 e 900 mega-hertz, fruto dos leilões passados que, através do chamado "*refarming*", a reutilização dessas bandas de frequência, podem servir inclusive, Veridiana, para trabalhar as obrigações do leilão de 2012, que obriga a cobertura das áreas de distrito. Eu levantei essa questão com o Ministro Paulo Bernardo, na audiência pública que aqui tivemos, e dei consequência a isso. Fui à ANATEL discutir. É possível usar as faixas de 800 e 900 mega-hertz que estão ocupadas nos centros urbanos, nas sedes das cidades, mas estão disponíveis para as áreas rurais deste País, de tal maneira que as empresas se associem no cumprimento das obrigações. E, em vez de colocar serviço fixo para cumprirem as obrigações do leilão de 2012, cumpram-se essas obrigações na forma de um serviço móvel pessoal, levando Internet e banda larga, o que será mais útil para as próprias empresas. A população não quer apenas mais serviços fixos; ela quer a mobilidade. Daí a importância dos 700 mega-hertz, porque a população quer a mobilidade.

Como o Levy aqui mostrou, há uma demanda por banda que cresce exponencialmente. Não é à toda que, como o Antonik destacou, o mundo inteiro está



utilizando esse dividendo digital, fruto da digitalização dos serviços de televisão, para, publicamente, de maneira transparente, destiná-lo a um serviço extremamente importante para a população. Porque ele traz também dentro de si — aqui no Brasil, sobretudo, depois da aprovação do marco civil, um marco do Parlamento brasileiro, da Câmara dos Deputados, esta Câmara tão atacada, às vezes, por setores da sociedade, com imagem ruim, mas que aprovou um marco que é referência mundial — um marco democrático, que oferece direitos aos cidadãos, que cria uma definição clara de neutralidade de rede. Enfim, esses temas são extremamente importantes.

Então, quero aqui, em primeiro lugar, fazer uma pergunta objetiva ao Nilo Pasquali, da ANATEL, sobre o replanejamento.

Eu ouvi aqui do representante da ABEPEC a reclamação de que não está clara a destinação, que o replanejamento do espectro — há a questão das interferências, mas há o replanejamento — é ressituar os canais que deverão ser deslocados em virtude da liberação da faixa dos 700 mega-hertz. Eu quero que fique claro se há garantia ou não para todos os canais, inclusive e sobretudo, nas áreas mais complexas do País, como a cidade de São Paulo, a Região Metropolitana de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, as áreas mais densamente ocupadas por emissoras de televisão.

Então, eu gostaria de algo muito claro e de que nós pudéssemos ter acesso, isso provavelmente está disponível, não tenho certeza, a esse estudo sobre replanejamento dos canais.

Também quero dizer que concordo com a abordagem do Antonik. Eu não acho que as coisas devam correr em paralelo, mas, sim, em sequência. Se essa sequência vai ou não nos permitir manter a data de agosto, eu considero que é menos importante do que cumprir bem cada etapa, para que não haja surpresas para ninguém — nem para a sociedade, nem para os radiodifusores, nem para as empresas de telecomunicações, que precisam saber qual o tamanho do problema.

Meu amigo Deputado Sandro, o problema de se ter maior ou menor cobertura, de se pagar mais ou menos pela interferência, não tem nada a ver com o preço mínimo que a ANATEL vai definir e o preço que as empresas vão pagar. As empresas, ao definirem seu preço para o leilão, vão descontar desse preço suas obrigações com o cumprimento da mitigação das interferências. Daí a importância



disso estar muito claro e muito bem definido, porque nós tivemos problemas no leilão da terceira geração. Vamos aprender. Nós fizemos um voo não muito explícito, e houve dificuldades, conflitos entre as empresas que ocupavam o espectro e aquelas que desejavam utilizar aquele espectro. Enfim, foi um processo extremamente difícil.

Eu vou procurar ser bem objetivo. Já vi que o Presidente olhou para o cronômetro e viu que ele já está zerado. Eu estou realmente encerrando.

Então, eu gostaria que nós tivéssemos a conclusão plena dessa questão das interferências e gostaria também de ouvir como a ANATEL está vendo os estudos e as pesquisas sobre o tema das interferências, de tal maneira que possamos ter o relatório publicado clara e consistentemente a fim de que a gente possa dimensionar também o tamanho do problema e quanto isso vai custar.

Reafirmo ao Deputado Sandro: não é isso que vai definir o preço final para o usuário, porque as empresas vão investir o quanto vão pagar para o leilão, o valor que elas estipularem, descontando o preço das outorgas e eventuais obrigações de cobertura.

E eu defendo isso também, Veridiana. Defendo que, criteriosamente, possam ser estabelecidas obrigações de cobertura, porque essa é uma prática que ocorreu durante todo o Governo do Presidente Lula e início do Governo da Presidenta Dilma. O Brasil vive um momento mais difícil, a economia mundial está difícil, há a questão fiscal, etc. e tal, mas não podemos perder a oportunidade de termos, criteriosamente também, algumas obrigações de cobertura importantes.

Então, eu acho que para o equilíbrio entre o valor de outorga, o valor que o Governo vai arrecadar e as obrigações de cobertura, pode-se estabelecer algum critério mais equilibrado acerca desses temas.

É isso. Peço desculpas por ter extrapolado o limite do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Cumprimento o Deputado Jorge Bittar pelas manifestações.

Passo a palavra à nobre Deputada Luiza Erundina para as suas considerações.



**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Sr. Presidente, colegas, visitantes, agradecemos a presença de todos e a contribuição que têm dado a esta Comissão no debate desta e de outras questões.

Sr. Presidente, eu me preparei para este debate, mas, lamentavelmente, os interlocutores que estão aqui não correspondem ao que se esperava: que respondessem esses questionamentos que, modéstia à parte, tivemos o cuidado de preparar.

Cumprimento V.Exa. por ter tomado a iniciativa de requerer esta audiência para tentar impedir que saia uma consulta pública e, pior, um edital de leilão à revelia da sociedade civil organizada, à revelia do campo público das comunicações.

E me frustrei muito. Cheguei aqui e imaginei que o Ministério estivesse devidamente representado, senão pelo Sr. Ministro, mas pela área técnica devidamente autorizada a dar respostas e a assumir compromissos neste debate. Lamentavelmente, não veio.

Respeito a presença do Sr. Nilo Pasquali, da ANATEL, mas não sei muito bem qual o grau de poder que S.Sa. tem em relação a esse tema, a essas questões.

O que restou, o setor do empresariado, evidentemente, tem um viés em suas colocações que impede que a gente tenha a visão daquilo que é mais do campo público, do campo da sociedade. Enfim, respeito e agradeço a contribuição que sempre estão prontos a dar. Evidentemente, eles representam um segmento, e esse segmento é motivado por seus interesses, o que é absolutamente legítimo, comum e esperado.

Neste caso, o IDEC também já esteve aqui. Nós já estamos aqui há 2 anos, como disse o Deputado Sandro Alex, e já fizemos, em todos os ângulos, em todos os aspectos, esse debate, mas não há consequência, não há eficácia, não há importância do ponto de vista deste espaço institucional nas decisões que se fazem a respeito dessas questões.

Em todo caso, trouxe cinco questões e vou fazê-las, sob a forma regimental, como requerimento de informação. Não vou mais esperar audiências públicas, da forma como está esta, sem os legítimos delegados para responderem essas questões não a mim, Luiza Erundina, mas aos representantes do povo nesta Casa e nesta Comissão.





Mas me dou, no mínimo, por menos frustrada pela presença da ABEPEC. Inclusive, fomos nós que requeremos que eles fossem incluídos nessa mesa de debates, os quais já tiveram, inclusive, repercussão. Eles também estiveram no Conselho de Comunicação Social, solicitando que o Conselho tomasse uma posição a respeito dos prazos que estão sendo veiculados pela imprensa sobre a consulta pública, o leilão. Brevemente, ocorrerá a consulta pública e em agosto será o leilão. Para discutir e decidir o quê? A sociedade não sabe, não há transparência, não há segurança. E o Conselho de Comunicação Social tomou uma decisão ontem, em sua reunião, e pediu o adiamento do leilão. Também é uma instância de representação da Casa, do Congresso, da sociedade civil, representada por várias entidades, que pedem. Acho que é pouco a palavra pedir, tem de exigir; é uma instância de representação da cidadania e tem de exigir.

A ABEPEC veio em boa hora a esta audiência reiterar a posição da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular, que conta com a participação de mais de cem entidades da sociedade civil, vem fazendo esse debate há 2 anos, já produziu documentos a respeito da questão dos 700 mega-hertz e já vem encaminhando a preparação de um fórum nacional do campo público, em que um dos temas principais é a destinação dessa faixa de frequência de 700 mega-hertz.

Isso vem ao encontro do que a ABEPEC propõe, de que se crie um fórum nacional. Esse fórum nacional vai se reunir em novembro, precedido de três pré-fóruns, em que questões como essas e outras do campo das comunicações têm importância estratégica para a política de comunicação e para a vida do País.

Então, até porque o tempo está muito corrido para eu colocar essas questões, são cinco questões, a meu ver, importantes. Vou fazê-las sob a forma de requerimento de informação aos órgãos, ao Ministério das Comunicações, à ANATEL, ao Ministério do Planejamento e ao Ministério da Fazenda, porque há outras questões ligadas, inclusive, aos recursos de fomento para o campo das comunicações que não estão sendo respeitadas.

Sr. Presidente, se a transferência dos 700 mega-hertz não é uma questão tão importante, como diz o Deputado Jorge Bittar, por outro lado, é uma questão que traz sérios problemas, pelo menos, para as emissoras públicas de comunicação, que



não sabem para onde vão, para onde serão alocadas. Elas serão tiradas do espaço onde operam, e operam muito bem, com o que é preciso e com o que a sociedade espera delas.

Falta evidentemente infraestrutura. Onde está o operador de rede, que o Governo não viabiliza a construção como infraestrutura para que o campo público das comunicações possa ter melhor condição de funcionamento?

Então, são muitas questões, vamos chover no molhado, levantando essas perguntas aqui. Desculpem-me os participantes, mas prefiro fazê-las nos termos regimentais, se é que eles vão responder. Se não responderem, vamos para outras medidas mais fortes que o mandato nos dispõe, para que esta Casa tenha a responsabilidade de responder, diante da sociedade, essas questões que estão sendo reiteradamente levantadas aqui, porque, lamentavelmente, a sociedade não tem encontrado a resposta necessária por parte de quem tem a responsabilidade pública de responder devidamente à cidadania.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Cumprimento a Deputada Luiza Erundina pela sua manifestação.

Antes de passar a palavra à Deputada Margarida Salomão, lembro que, no início desta sessão, eu já havia comunicado que o Ministério das Comunicações, através de seu Ministro, informou que os técnicos dessa área estariam em viagem oficial a Las Vegas, em um evento do setor.

Causou-me certa estranheza que não haja, pelo menos, um técnico no Ministério para vir participar desta audiência e dar uma manifestação daquilo que envolve o pensamento do Ministério como um todo.

No início, fui um tanto quanto duro no que diz respeito a que a nossa Presidenta da República reivindicasse um técnico para explicar-lhe os dados a respeito dessas informações. Não tenho dúvidas de que esse técnico viria, não dos Estados Unidos, mas do Brasil mesmo e rapidamente lhe daria as informações.

Esse é um tema muito importante para ficar na mão de outro que não seja este Parlamento. Eu acho que não podemos abrir mão das nossas prerrogativas.



Da mesma maneira, o Ministério da Fazenda nem sequer respondeu ao ofício que nós encaminhamos. A nossa secretária da Comissão fez reiteradas ligações no sentido de obter resposta e não obteve. Portanto, vou insistir para que, mais uma vez, eles venham aqui e façam sua manifestação antes da data aprazada que, segundo informações, seria no dia 29 de abril. Temos ainda algumas semanas pela frente, e espero que eles venham aqui. Se não vierem, obviamente, reunirei os membros da Comissão e determinaremos quais serão as medidas no caso do não comparecimento dessas autoridades aqui, até porque a nossa função basicamente é esta, não só na elaboração de projeto de lei de iniciativas legislativas, mas de fiscalização e controle do Poder Executivo.

Assim sendo, vou passar a palavra à Deputada Margarida Salomão, porque o Deputado que a antecedia parece-me que teve de ir ao plenário. Com isso, nós poderemos depois passar a palavra à Mesa para as respostas necessárias.

Com a palavra a nobre Deputada Margarida Salomão.

**A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO** - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar os participantes deste painel. Eu penso que cada um contribuiu de forma muito importante para o avanço da nossa compreensão desse problema. Deploro que o Poder Executivo não tenha se feito representar, porque efetivamente nós poderíamos ter respostas que nos faltam, e eles poderiam contribuir, como o Legislativo deve fazê-lo, na definição de uma situação tão importante e que afeta de forma tão direta a população brasileira.

Eu, então, vou restringir também a minha fala, considerando que uma coisa que é absolutamente imprescindível é que tenhamos uma informação sobre a situação dos usuários nessa perspectiva do *switch off*, porque, senão, de fato, vai ser uma coisa... Se falta o atendimento, o acesso à banda larga, como direito essencial, se houver o *switch off* com as pessoas ficando excluídas inclusive do direito de ver televisão, aí, nós estaremos encaminhando para uma situação ainda mais lamentável.

Entendo e acho que a contribuição tanto do Dr. Eduardo Levy como do Dr. Luis Antonik é de que há um avanço irreversível no acesso da população à banda larga. O que se espera é que isso vá acontecer com mais intensidade,



proximamente. A antropologia define algo muito interessante, que se chama “efeito catraca”: a partir do momento em que os seres humanos têm acesso a uma tecnologia, não há possibilidade de que eles subsequentemente abram mão dela.

Então, há alguns anos atrás, nós todos éramos felizes sem o telefone celular, sem *tablet*. Mas, hoje, se por um acaso algum de nós deixar esse objeto ao sair de casa, há grande probabilidade de que voltemos para buscá-los, porque esses aparelhos se tornaram quase que parte dos nossos corpos.

Então, por isso mesmo, acho que precisamos ter uma situação, primeiro, de ampla participação da sociedade na definição desses direitos. E, segundo, que não haja risco de perda dos direitos dos usuários não só à banda larga, mas à televisão e, particularmente, às emissoras públicas.

E, aí, também não havendo outra autoridade que possa nos explicar isso, por que esse processo está sendo desenvolvido com suas etapas organizadas de modo concomitante e não sequenciada? Porque fiquei muito impressionada, pois me parece irracional. Deve haver alguma lógica, e imagino qual seja. Mas, de todo modo, para a viabilização desse processo de uma forma harmoniosa, eu não entendo por que as etapas não estão sendo cumpridas sequencialmente.

Apoio também essa manifestação do Presidente Ricardo Tripoli de que, antes ainda do dia 29, nós tenhamos os esclarecimentos de que necessitamos dessas autoridades, para que possamos, enfim, também contribuir, e esse processo possa atender aquilo que, afinal de contas, não é só um direito, mas uma expectativa da população brasileira.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Cumprimento a nobre Deputada Margarida Salomão pela manifestação.

Passamos agora, então, à resposta ou à manifestação daqueles que fizeram palestras.

Inicialmente, passo a palavra ao Nilo Pasquali, que foi demandado a respeito de um questionamento pelo nobre Deputado Jorge Bittar.

**O SR. NILO PASQUALI** - Muito obrigado, Deputado.

Eu anotei três pontos específicos. Sobre a primeira questão, que o Deputado Jorge Bittar mencionou, se há garantia para os canais permanecerem como estão



essencialmente. O que temos hoje de TV, seja analógica, seja digital, o que temos de radiodifusão de sons e imagens no Brasil vai permanecer? Vai. Todo o trabalho está sendo conduzido para que todos os que hoje estão operando permaneçam operando. O trabalho é mudá-los de lugar apenas. Quem hoje se encontra dentro da faixa de 700 mega-hertz, necessariamente, tem de sair da faixa.

Então, quando comentei do processo de replanejamento, é exatamente isso, é encontrar onde, na faixa de baixo, é possível alocá-los. No início desse processo, havia muito a preocupação com São Paulo, por exemplo, que é onde temos a maior quantidade de radiodifusores numa mesma área. Mas foi possível alocar todo mundo dentro da faixa disponível.

Eu não tenho certeza, mas acho que o Dr. Levy mencionou uma característica do analógico, que é a necessidade de bandas de guarda entre os canais para evitar interferência entre eles.

Os senhores devem notar que, na TV analógica, pulamos de 2 para 4, para 6. Não temos os canais intercalados bonitinhos. Por questões técnicas, era necessário fazer assim. O digital permite um aproveitamento muito melhor do espectro. Então, consegue-se casá-los um ao lado do outro. Ou seja, em princípio, nós conseguimos ampliar o uso da faixa de baixo também, o que, levando ao digital, permite alocar todo mundo que esteja hoje operando sem problema nenhum.

Esse foi um trabalho feito. Então, não foi a minha área que cuidou disso especificamente. Foi uma área de gerência de espectro, mas o reporte que eu tenho deles é que foi possível alocar todo mundo direitinho. E nós já temos os atos publicados. Se não me engano, os atos foram publicados no início da semana passada, na segunda-feira ou na terça-feira. Se não me engano, estão sendo feitos alguns ajustes para canais específicos em decorrência das consultas públicas. Mas os atos já são públicos. Todo o replanejamento desse processo já é do conhecimento público e está disponível no *site* da ANATEL. Os senhores podem consultar lá, tranquilamente. Eu não tenho o número dos atos agora, mas eu posso depois passá-los para a Comissão.

Quanto à questão da interferência, eu havia comentado esse processo de testes de interferência que a ANATEL estava conduzindo, e os testes de campo em si, de laboratório, terminaram na última sexta-feira. Então, as próximas semanas



serão para elaborar o relatório, reportar exatamente o que aconteceu durante todo esse processo, quais foram os cenários estudados, o que se precisa fazer para evitar problemas de interferência, o que se pode fazer para mitigar essas dificuldades.

Como a discussão desse processo se centra muito na questão da interferência, a interferência dentro desse tipo de processo de análise de testes é buscada mesmo. A gente busca achar a interferência, porque é ela que vai dizer o limiar aceitável. Qualquer coisa abaixo disso, então, há convivência dos sistemas. Então, estressamos todo o modelo para chegar a esse ponto de interferência mesmo.

O que eu tenho de preliminar? Não tenho o que dizer agora, porque o pessoal está debruçado em cima disso, mas existe uma convivência entre os sistemas. Isto é possível.

Com relação a algumas colocações aqui feitas, é importante esclarecer, por exemplo, o caso japonês, o caso inglês, o OFCOM, ou seja, a ANATEL do Reino Unido. Eles passaram recentemente por esse processo. Na verdade, ainda estão passando em vários casos, e conversamos com ambos os órgãos até para tentar entender esse processo. Estamos tentando ter certeza de que o que está sendo feito garante a convivência dos sistemas. Não há interesse, em absoluto, em ter algum radiodifusor não contemplado com esse processo ou ter o seu canal prejudicado. Queremos que todos permaneçam ligados, enquanto limpamos a faixa para a banda larga também. Então é um processo concomitante, mas não pode haver prejuízo para nenhum dos lados.

Nesse processo, nós identificamos muita preocupação desses outros países. No começo do processo, eles manifestaram muita preocupação com o processo de interferência e muita cautela durante todo o trabalho. À medida que o processo foi sendo executado, viram que é importante tomar cuidado, mas que não parece ser tão grave quanto imaginaram inicialmente. Os japoneses e os ingleses constataram isso.

Então, não há preocupação de forma alguma. Na realidade, nós estamos muito preocupados com todo o processo. É por isso que eu concordo plenamente com o que foi colocado. O relatório dos testes é essencial para dar tranquilidade a



todos em relação ao que é possível fazer e ao que não é possível fazer. Eu estou só externando uma primeira impressão. Não quer dizer que vá ficar, de fato, assim. Mas, numa primeira impressão, os sistemas convivem bem, e se consegue. A tecnologia permite que os dois funcionem bem sem interferência de um com outro. Esse é o ponto que estamos nessa parte dos testes, respondendo à segunda pergunta do Deputado.

A Deputada Margarida Salomão fez um questionamento de como ficam os usuários. Eu entendi por usuários o pessoal que assiste à televisão, ou seja, os consumidores de televisão. Essa é uma preocupação muito grande, porque, dentro desse processo de construção do edital, o edital é que vai trazer todas as características de ressarcimento. Quando a gente fala de ressarcimento, a gente não está pensando só no radiodifusor, a gente está pensando também no usuário da televisão. Quem é impactada, no fim das contas, é a população, por conta de todo esse processo. Então, como a gente dá guarida para isso, como a gente trata essa questão também. E, aí, quando estamos falando de massa, essencialmente é a população por inteiro, é muito mais complexo esse processo, mas, por óbvio, não pode ser esquecido. Na verdade, tudo se faz em função do interesse deles.

O que se está pensando no edital, na parte de ressarcimento? Ele contempla também a recepção e, pelo menos, pelas ideias que vêm surgindo, contempla de várias formas, contempla por filtragem nas casas das pessoas. Então, é colocar um filtrozinho mesmo atrás da TV delas. Não necessariamente a gente precisa de um processo em que se troquem todas as televisões do Brasil, não é um pré-requisito para que o processo aconteça, principalmente as pessoas que hoje têm TVs já com o conversor embutido. Isso vem crescendo ao longo do tempo, desde o início da TV digital no Brasil. Esses televisores hoje captam toda a faixa, inclusive a faixa de 700. O que acontece quando se liga o sistema móvel em cima disso? Como eles já têm um conversor, não é preciso um *set-top box* junto. Então, o filtro, em tese, vai resolver o problema. O filtro é uma pecinha muito simples, é fácil de instalar. Estamos pensando o filtro, o *set-top box* para o pessoal que não trocou a TV ainda, que não tem conversor na TV, ou ainda tem aquela TV de tubo, cumprida, aquela maior. Temos que pensar em tudo isso.



A vida útil de uma televisão é de décadas, ela não queima rapidamente. As pessoas ainda têm TV de tubo. E como se trata essa questão? Dá uma TV nova, dá o *set-top box*? Como é que se cuida dessa situação? Alguma coisa você tem que fazer. Não dá para simplesmente desligar o sinal e não poder mais assistir à TV.

Então, são preocupações que temos, sim. As ideias que estão sendo levantadas são exatamente estas: a questão de filtro, de *set-top box*, como isso pode ser feito. Numa vertente específica para a população, como informar que esse processo está acontecendo. Então, é importante que se diga, quando a gente fala que o processo inicia em 2015, não é que em janeiro de 2015 alguém vai ser desligado. É que a gente vai ter um cronograma de como isso vai funcionar, em cada cidade brasileira, quando ela é ou não desligada. Isso segue até 2018.

Por que a gente fala que começa em 2015? Porque para poder desligar uma cidade, você tem que ter feito toda uma preparação anterior. Ou seja, você tem que ter todos os radiodifusores preparados, com as suas transmissões preparadas, e você tem que ter a população devidamente apta a receber esse novo sinal e não ser interferida pelo sinal do móvel quando for ativado.

Esse processo de planejamento é demorado. Em princípio, não consigo imaginar nenhuma cidade, nenhum Município brasileiro sendo desligado, efetivamente, no início de 2015. Acho muito difícil isso acontecer, até porque você tem que fazer um planejamento anterior para que isso, de fato, aconteça. E temos que ter explicação para a população. Imaginamos formas de atendimento, *call center* para que as pessoas possam ligar e tirar dúvidas desse processo. Se ela receber um filtro em casa para instalar na sua TV, por exemplo, que ela possa descobrir... Não é todo mundo que é versado nessas coisas. Apesar de aparentemente simples, pode não saber como fazer. Então, quem me ajuda nesse processo? Onde é que eu ligo? Eu tenho um canal que possibilita isso?

São em todas essas coisas que estamos pensando, sim. Para tentar tranquilizá-los um pouco, isso tudo está sendo pensado, a gente não está deixando — estamos tentando pegar todos os lados dessa equação — ninguém desprotegido.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço a manifestação ao Nilo Pasquali.





Para as considerações finais, passo a palavra ao Sr. Pedro Osório, que terá que se retirar porque tem voo marcado.

**O SR. PEDRO LUIZ DA SILVEIRA OSÓRIO** - Eu agradeço. Eu retorno a Porto Alegre e corro o risco de demorar mais para chegar até o aeroporto do que o tempo do voo.

Quero agradecer a paciência e a atenção a todos e ratificar aqui as preocupações da ABEPEC relativamente à atenção do Estado brasileiro para com a radiodifusão pública, para com a televisão pública, e a preocupação com relação — na forma bem expressa pela Deputada — à concomitância de algumas decisões que a ANATEL acabou encaminhando e que praticamente inviabilizaram a participação das televisões públicas. Mas eu aposto na correção desses encaminhamentos todos, que haverão de acontecer com o apoio desta Comissão e com a participação dos Deputados, exercendo de forma democrática o mandato que lhes foi concedido.

A ABEPEC continua, mantém a sua posição, já validada, digamos assim, pelo Conselho de Comunicação Social, no que diz respeito ao necessário adiamento. Ainda que esta Mesa não tenha defendido integralmente o adiamento, as colocações expressas aqui remetem para um necessário adiamento desse leilão e para a sua maior transparência, sobretudo no que diz respeito à contrapartida das organizações relativamente ao uso dessa banda, que não deve significar apenas um negócio, uma venda, uma aquisição, mas uma socialização, digamos assim, de benefícios e de lucros para toda a sociedade, no que diz respeito ao uso da televisão, à destinação da televisão brasileira e das comunicações brasileiras, que são decisivas para a formação desta Nação, da sua identidade e para a definição dos seus rumos neste mundo contemporâneo.

A ABEPEC lhes agradece muito e estará sempre à disposição desta Casa e desta Comissão, Deputado.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Nós é que agradecemos a participação do Sr. Pedro Osório, Presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, que aceitou o convite e participou intensamente desse nosso debate.

Muito obrigado.



Passo a palavra agora à Sra. Veridiana Alimonti, do IDEC, para suas considerações finais.

**A SRA. VERIDIANA ALIMONTI** - Obrigada. Elas serão rápidas, só dois comentários.

Entendo o que o Deputado Jorge Bittar colocou em relação à existência de outras frequências, que permitem a prestação do serviço, e que não estamos diante de uma decisão para toda a história em relação à faixa de 700 mega-hertz. Mas não há dúvida de que se trata de um momento precioso que precisa ser muito bem aproveitado também no que diz respeito às faixas de 800 e 900 mega-hertz, porque nessas faixas, mesmo na faixa de 2,5 giga-hertz ou em todas as licitações que já aconteceram — 800 mega-hertz, 900 mega-hertz, 450 mega-hertz e 2,5 giga-hertz — há metas que precisam ser aprimoradas, no meu ponto de vista, em relação a que só a faixa de 450 mega-hertz atinge a área rural. Ou seja, vai além da cobertura de 80% do distrito-sede dos Municípios, indo até 30 quilômetros a partir da localidade-sede, e que tem metas complicadas, a meu ver, a de 450 mega-hertz.

Como eu disse, as metas de banda larga são muito reduzidas. São quase um *apartheid* das áreas rurais, na minha opinião, 256 kilobits por segundo até o final de 2015 é muito baixo. Se temos agora a oportunidade de licitar uma nova faixa que possa ampliar essas metas — as outras faixas já estão licitadas —, no curto e no médio prazo, eu não sei se será possível chegar às operadoras de telecomunicações e dizer que elas têm mais obrigações.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** - Permita-me. É possível usar 800 e 900 mega-hertz para que elas possam cobrir... Isso interessa a elas também.

**A SRA. VERIDIANA ALIMONTI** - Para que elas possam cobrir inclusive a área rural, com metas de velocidades maiores?

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** - É evidente que o cidadão, nos distritos, nas áreas rurais, mesmo eventualmente pagando um pouco mais, estará disposto a ter um serviço móvel, com Internet, do que ter apenas um telefone fixo na sua casa, ou no seu local de trabalho.

**A SRA. VERIDIANA ALIMONTI** - Se as operadoras de telecomunicações...

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** - Isso é bom para os cidadãos e acredito que seja bom para as empresas. O problema é que não necessariamente a empresa



A tem a frequência adequada para o Estado no qual ela tem a obrigação de cobertura. Então, teria que haver uma pactuação entre as empresas, com a supervisão da ANATEL.

**A SRA. VERIDIANA ALIMONTI** - Essas faixas foram licitadas de acordo com editais que tinham obrigações. E as empresas passaram a prestar o serviço, com essas obrigações, nessas faixas. Então, teria que se avaliar como é possível exigir das empresas, por exemplo, que ofereçam velocidades muito maiores, na faixa de 450 mega-hertz, no âmbito desse edital que já aconteceu.

Por essas questões, eu considero, mesmo em complemento a elas, que essa discussão em relação ao edital dos 700 mega-hertz é, sim, muito preciosa e deve estar... Até pelo que o Deputado ressaltou, que essas faixas são, na verdade, de propriedade pública, são da União na sua responsabilidade de prestar serviços públicos à população com qualidade, na proporção das possibilidades dessas faixas, então, que o seu leilão esteja a serviço disso.

Quero fazer só um comentário final em relação a algo que esteve presente na sua fala. Eu acho importante que a gente se preocupe com políticas tanto nas tecnologias fixas quanto nas móveis.

Às vezes, há um entusiasmo no sentido de que as tecnologias móveis são até mais relevantes do que as fixas ou são mais interessantes para o usuário final em relação às fixas, mas acho que temos de ter a preocupação e o Estado, na definição de suas políticas públicas em relação ao acesso à banda larga, avançar nos dois campos. Isso é muito relevante tanto no que se refere à banda larga fixa nessas áreas quanto à banda larga móvel.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradecemos a participação da Sra. Veridiana Alimonti que representou, nesta audiência pública, o IDEC.

Com a palavra o Sr. Eduardo Levy, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, para as suas considerações finais.

**O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA** - Nós vemos o quanto é complexo o que vai ocorrer daqui para frente. Não é uma coisa simples.



Boa parte do que nós vamos fazer vai depender de uma logística, de um planejamento etc. que pode correr bem ou mal, mas que vai ser montado. Porém, custos e possíveis interferências futuras não vai ter solução se nós não planejarmos antes e prevermos.

Nós vamos dar continuidade aos testes em Pirenópolis, porque entendemos que os testes de interferência do móvel na televisão foram feitos em, mais ou menos, 80%.

Porém, os testes da televisão nos móveis, nós concluímos apenas 20% deles. Então, nós já havíamos feito o pleito de continuarmos a fazer os testes e vamos dar continuidade aos testes para termos segurança e garantia do que vai vir à frente. O restante, o planejamento, a logística, a distribuição, *set-top* etc. é questão de fazer melhor ou pior. Mas se nós tivermos, no futuro, uma interferência que nós não efetivamente testamos agora, não tem saída. Esse é o ponto.

Nós precisamos estar muito seguros a respeito da interferência de A em B e de B em A.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradecemos a participação do Sr. Eduardo Levy.

Com a palavra o Sr. Luis Roberto Antonik, da ABERT.

**O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK** - Para finalizar, eu gostaria de deixar uma mensagem para os Deputados.

É irreversível o processo? Sim, ele é irreversível. Os sistemas são compatíveis, podem conviver? Eles podem conviver, mas, por favor, não vamos deixar que um assunto dessa complexidade, com tamanhas implicações para a sociedade brasileira seja atropelado.

Vamos fazer esse processo no sequenciamento correto, ou seja, terminemos os testes, publiquemos o relatório, façamos as consultas públicas, todas dentro do sequenciamento recomendado.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço a manifestação de V.Sa.

Antes de terminar esta sessão, lembro que amanhã teremos sessão ordinária.



---

Agradeço a todos aqueles que aceitaram e participaram desta audiência pública, bem como os Parlamentares, os assessores, os jornalistas membros de várias organizações interessadas nesse tema, que é tão caro a todos nós brasileiros.

Concluindo os trabalhos, quero agradecer aos Srs. Parlamentares, ao corpo de assessores e profissionais de imprensa, ao público em geral e, em especial, aos senhores palestrantes pelas valiosas contribuições trazidas aqui.

Está encerrada a presente sessão de audiência pública.